

Comunicação Social e Sociologia do Conhecimento: Artigos

Jacob (J.) Lumier



Comunicação Social e Sociologia do Conhecimento: Artigos
Jacob (J.) Lumier

INDICAÇÕES PARA FICHA CATALOGRÁFICA

Lumier, Jacob (J.) (1948 -...):

Comunicação Social e Sociologia do Conhecimento: Artigos

E-book universitário, 77 págs., Outubro 2006, com Bibliografia.

WEBSITIO PRODUÇÃO LEITURAS DO SÉCULO XX-PLSV: literatura digital
Através de

<http://www.leiturasjlumierautor.pro.br>

1. Comunicação Social
 2. Sociologia e Política
- I. Título. II. Série.



Comunicação Social e Sociologia do Conhecimento: Artigos

Coletânea de Artigos

Por

Jacob (J.) Lumier

Autor de ensaios sociológicos na Internet.

<http://www.leiturasjлумierautor.pro.br>

Rio de Janeiro – Outubro 2006





Comunicação Social e Sociologia do Conhecimento: Artigos
Jacob (J.) Lumier

APRESENTAÇÃO

Os três artigos reunidos neste e-book refletem preocupações complementares de pesquisa em matéria de **sociologia do conhecimento** que, do primeiro para o terceiro, nesta ordem, se desdobram respectivamente em atividades ou em ensaios mais complexos ou permanecem na fase inicial.

No primeiro pequeno artigo são os problemas da Metodologia Científica que nos ocupam tendo em conta que o conhecimento nas instituições do Ensino Superior é produzido na medida em que se elaboram as Monografias. Em face do reduzido número de monografias oferecidas, procuramos formular de modo sumário uma orientação prática com os recursos da Internet e em prol do Ensino a Distância para auxiliar os menos experientes nas dificuldades de composição, e colocamos em relevo o enlace entre experimentação e comunicação como fundamental para o método da forma monográfica.

No segundo artigo, o mais extenso, nossa preocupação já não se restringe ao aspecto metodológico da produção do conhecimento universitário como o fizemos no artigo anterior, mas nos ocupamos de tecnologia e conhecimento. O **Interesse específico** deste artigo, em sua tese, consiste em alcançar os *programas de pesquisa sobre os sistemas cognitivos*. (a) - Abordando a comunicação social com profundidade este artigo contém as linhas básicas para **passar pela crítica a suposição de uma apreensão do ciberespaço**, observando a carência de *extensão concreta* neste caso. (b) - Em face da crescente influência concorrente da filosofia abstrata do conhecimento alimentada pela neuropsicologia da cognição (as chamadas "*ciências cognitivas*"), este ensaio encontra motivo para buscar as orientações básicas da **nova sociologia do conhecimento** - já notada na obra de C.Wright Mills, mas fundamentada, desenvolvida e promovida por Georges Gurvitch - **insistindo que nenhuma comunicação pode ter lugar sem o psiquismo coletivo e que isto exige o estudo da variabilidade na realidade social**.

No terceiro e último artigo reunido neste e-book, o mais crítico e mais circunstancial dentre os três, tratamos o conhecimento político compreendido desde o ponto de vista sociológico como *combinação específica de utopismo e realismo*, já explicitada por Georges Gurvitch. Estudamos o caso da obra de democratização no Brasil que ainda não chegou ao voto e, examinando justamente o problema do *voto obrigatório*, mostramos a deficiência do conhecimento político neste caso, sua carência de realismo.





Comunicação Social e Sociologia do Conhecimento: Artigos
Jacob (J.) Lumier

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
PALAVRAS-CHAVES.....	8
A MONOGRAFIA COMO FORMA DE COMUNICAÇÃO E TRABALHO CIENTÍFICO.	9
A TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO	16
A FICÇÃO NAS ELEIÇÕES.....	48
SOBRE O AUTOR	62
CARACTERÍSTICAS DESTA E-BOOK COMO PRODUTO CULTURAL.....	76



Comunicação Social e Sociologia do Conhecimento: Artigos
Jacob (J.) Lumier

PALAVRAS-CHAVES **(recorrentes)**

Utilize o **localizador de palavras** no **Menu Editar** para abrir as páginas respectivas automaticamente e pesquisar o texto sobre os termos abaixo relacionados.

Análise / Arte / Autor / Ciências Humanas / Comunicação / Conhecimento / Cultura / Desenvolvimento / E-Book / Estrutura / Experiência / Experimentação / Função / Liberdade / Literário (a) / Política (o) / Procedimento / Produção / Produtivo (a) / Produto / Público (a) / Sistema / Sociedade / Sociologia / Técnica (o) / Tecnologia / Tecnológico (a) / Teoria / Valor /



Comunicação Social e Sociologia do Conhecimento: Artigos
Jacob (J.) Lumier

A MONOGRAFIA COMO FORMA DE COMUNICAÇÃO E TRABALHO CIENTÍFICO.

**Comentário em vista de
estabelecer os pontos de embasamento de
uma Oficina para a monografia como grupo tipo fórum na internet.**

Por

Jacob (J.) Lumier

Autor de ensaios sociológicos na Internet



Comunicação Social e Sociologia do Conhecimento: Artigos
Jacob (J.) Lumier

A Monografia Como Forma de Comunicação e Trabalho Científico.

Por
Jacob (J.) Lumier

O estudioso que tenha lido os ensaios de Ralf Dahrendorf nos anos 70/80 (*“Ensaio de Teoria da Sociedade”*, Zahar, Rio) terá com certeza notado as profundas implicações para o conhecimento que são decorrentes da condição da publicidade do trabalho científico. Terá visto que grande parte dos mal-entendidos a respeito de certas obras ou teorias científicas tem muito a ver com o fato de sua exposição a todos os tipos de públicos, muitas vezes composto não só de leigos, mas de gente alheia à formação nas ciências humanas. Se a condição de publicidade é inerente ou não ao modo de produção científico ou se deve ou não ser restringida aos estudiosos é uma questão que extrapola o domínio do pensamento científico para lançar-se no âmbito da comunicação social, já que a obra impressa ou, depois do advento da Internet, a obra ou livro eletrônico, “*e-book*”, é um produto cultural do qual a atividade científica não saberia distanciar-se. O trabalho científico se realiza como documento escrito e comunicado: tal é a verdade que não pode ser disfarçada. Ao ser comunicado, toma impreterivelmente na Monografia uma forma racional de composição que lhe é própria, sobre a qual se confeccionaram historicamente as Revistas de Artigos e os Livros, desse modo reconhecidos como publicações científicas. Há, portanto, dois momentos no desempenho da prática científica: o trabalho científico propriamente dito, de que se ocupa a Epistemologia; e a comunicação da pesquisa, que a Metodologia, como disciplina filosófica geral, busca incorporar de modo aplicado como Metodologia da Pesquisa ou Metodologia Científica. Cultiva-se em modo recorrente a expectativa de que é pelo estudo



dessa metodologia aplicada que a formação do pesquisador-autor-iniciante pode chegar a bom termo e efetuar a passagem do nível epistemológico para o nível da comunicação.

Todavia, com a honrosa exceção de Ralf Dahrendorf, como mencionado, é raro encontrar quem atribua relevância específica ao nível da comunicação no desempenho da prática científica, sendo admitido que a composição da Monografia resultará quase de modo automático, mediante a observância de certas técnicas de preparação do relato da pesquisa, cujo material produzido com o auxílio dessas técnicas deverá ser processado na elaboração do pesquisador, como autor de tal composição, largado este, porém, ao seu suposto desejado talento individual para fazê-lo, haja vista o branco a este respeito que predomina na disciplina de Metodologia da Pesquisa. Ora, como é sabido, nos países de não muita tradição literária é grande o número de candidatos na pós-graduação que não apresentam a Monografia, já bastante reduzida quanto à sua extensão exigida, tendo eles cursado não só as disciplinas conexas à sua disciplina principal, mas a Metodologia da Pesquisa. Não que seja equivocada aquela percepção de que o nível da comunicação é desprovido de especificidade do ponto de vista da realização do trabalho científico, mas, sim, que o nível da comunicação escapa aos critérios estritamente circunscritos a esse ponto de vista. Aliás, a Metodologia da Pesquisa por si só, como disciplina científica, não tem a obrigação de ensinar sobre o nível da comunicação social nem compreende a pessoa encarregada de preparar e elaborar a monografia como um autor, como um pesquisador-autor iniciante neste ofício. Há, pois uma lacuna na oferta dos subsídios ou ferramentas necessárias ao bom desempenho do pesquisador ao ser colocado na circunstância de elaborar como autor sua monografia. E não se trata só de subsídios a serem ofertados por uma disciplina científica num ambiente de sala de aula, mas sobretudo trata-se de procedimentos composicionais a serem ofertados ou exercidos no ambiente aplicado de uma oficina, como instância de praticidade da produção cultural, haja vista que o nível da comunicação é conexo à atividade



artística, sendo este o caso da composição literária da Monografia como forma racional de comunicação.

COORDENADAS DE UM GRUPO-OFICINA NA INTERNET

Aqui nomeado GRUPO MONOGRAFIA.

O grupo-oficina MONOGRAFIA na Internet põe em prática atividades concebidas em complementação à disciplina de Metodologia da Pesquisa; É um espaço aberto de reflexão e aplicação dos conhecimentos metodológicos onde cada um, como pesquisador e, sobretudo autor de sua própria comunicação acadêmica, pode apreciar e comentar livremente as experiências mútuas de composição e solucionar as suas dificuldades na preparação, montagem, elaboração e redação da sua monografia como forma de comunicação, sob orientação.

Tendo em vista o imperativo de montar e cumprir um roteiro de anotações “protocolares” capaz de atender e adaptar o plano de composição da monografia (supostamente) proposto na disciplina de Metodologia da Pesquisa, o grupo MONOGRAFIA na Internet é concebido para atender à demanda em assistir a cada pesquisador-autor-iniciante no seu esforço individual de (a) -aproveitar, nos quadros conceituais de sua disciplina principal, os seus levantamentos de dados; (b)- apreciar, comparar e comentar, em modo compreensivo, suas leituras dos textos da bibliografia específica selecionada (ou em vias de ser selecionada);

O GRUPO MONOGRAFIA favorece as seguintes demandas: Permite ao pesquisador-autor-iniciante aplicar-se nos procedimentos de observação e registro que são diferenciados, em níveis ou em etapas, no curso da elaboração do texto e composição da monografia, como forma de comunicação da pesquisa; Mediante entrevistas utilizando o Messenger e o Blogue além do correio eletrônico (e-mail), O GRUPO MONOGRAFIA na Internet permite ao autor-orientador assistir a cada pesquisador-autor-iniciante em suas ponderações e demandas metodológicas



individuais, sem esquecer que a monografia se faz por auto-aprendizagem; Especialmente ao pesquisador-autor-iniciante que já reconhece operativamente a mirada da sua disciplina e, desse modo, dispensa a necessidade de ser assistido individualmente, o GRUPO MONOGRAFIA lhe propicia o ambiente favorável à troca de experiências e, com isso, lhe dá maior oportunidade de prosperar em sua capacidade de propor correlações pertinentes e tirar inferências das leituras da bibliografia e das suas próprias anotações dessas leituras. Enfim, o pesquisador-autor-iniciante que quiser uma orientação mais individual, tipo “aula particular”, além de seu endereço de correio eletrônico (e-mail), deverá dispor de um contato de Messenger e utilizar um Blog com endereço restrito, não público, exclusivo seu, para registrar suas anotações e as entrevistas de orientação com o autor-orientador sem prejuízo das mensagens e trocas de experiência utilizando a Homepage do grupo, onde cada um deixará registrado e atualizará o assunto e a disciplina de sua pesquisa, para favorecer os interesses comuns.

Jacob (J.) Lumier



2006©*Jacob (J.) Lumier*



Website Produção Leituras do Século XX – PLSV

<http://www.leiturasjлумierautor.pro.br>



Comunicação Social e Sociologia do Conhecimento: Artigos
Jacob (J.) Lumier



Comunicação Social e Sociologia do Conhecimento: Artigos

Jacob (J.) Lumier

**A TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E
A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO ⁽¹⁾**
(relações entre as tecnologias da informação e as sociedades)

Por

JACOB (J.) LUMIER

¹ Sob o título de “Tópicos Para Uma Reflexão Sobre A Teoria de Comunicação Social (relações entre tecnologias da informação e sociedades)”, uma primeira versão em quinze páginas -pdf- da pesquisa em curso que me levou ao presente artigo inteiramente original e inédito, está publicada em <Sala de Lectura CTS+I; sección Sociedade de Información> da Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación, la Ciencia y la Cultura-OEI, datada em 09 de Janeiro 2006 <http://www.campus-oei.org/salactsi/>.



A Teoria de Comunicação Social e a Sociologia do Conhecimento

Abstract:

A teoria de comunicação social, ao examinar a cultura do compartilhamento nas redes P2P fluindo no ciberespaço, sugere uma noção tecnológica do conhecimento. Entretanto a sociologia do conhecimento no século XX, como disciplina das ciências humanas, nos faz lembrar a indispensabilidade do espaço da sociabilidade na compreensão mesma do termo conhecimento.



A Teoria de Comunicação Social e a Sociologia do Conhecimento

Por
Jacob (J.) Lumier

INTRODUÇÃO

O estudioso de filosofia conhece bem a fórmula muito citada para lembrar Spinoza de que não se deve rir nem chorar diante das situações na realidade. Diz-se que o filósofo pretendeu com isto pôr em relevo a liberdade intelectual, embora tenha igualmente revelado certo afeto pelos valores na sua escala formalista dos níveis do conhecimento, tão bem analisada e mais ainda interpretada pelo insuperável León Brunschvicg (1869-1944). Seja como for, a lembrança de que o avanço do conhecimento positivo liga-se a uma atitude livre de conceitos gerais ou sem pré-concepções é uma consideração oportuna quando se tece algum comentário sobre a reflexão da sociedade de informação. Isso porque não será difícil ao leitor atento sugerir, de si para consigo, uma coloração vistosa, como se contemplasse uma corrente de um pensamento satisfeito em espelhar-se no esplendor dos recursos inovadores -- na pegada do qual uma pessoa pode sentir-se estimulada a exercer-se no prolongamento dos instrumentos das tecnologias da informação e da comunicação. Todavia, um espanto admirado talvez pudessem afetar o nosso leitor de mirada curiosa caso se perguntasse pela corrente contrária, a do pensamento insatisfeito. Veria que para alcançá-la, ou somente buscá-la, já se encontraria em meio aos temas da reflexão da sociedade de informação, e, dentre estes, não somente aqueles voltados para configurar a inovação, como os que tratam da descrição e conceituação do ciberespaço, mas, de uma maneira geral, em meio às relações entre tecnologias da informação e sociedades. É que, em fato há, via de regra, algo assim como uma predisposição para internalizar o sentimento do avanço e da inovação que, a primeira vista, parece empolgar o pensamento iluminando a



sociedade de informação. Nota-se, sobretudo a preocupação em enfatizar o benefício das tecnologias da informação para o maior número. Não que haja algo de errado com esse tipo de postura pública, mas que, se lembrarmos a máxima do referido Spinoza, iremos constatar que o filósofo não está sendo ouvido. “É claro!” - diria um interlocutor satisfeito: “nem houvera porquê ouvi-lo se o assunto é instrumental e não um fim em si mesmo”. Mas aí, nesse caso, não há reflexão, não há meios de chegar a um pensamento de compreensão e explicação, e a sociedade de informação não teria outra realidade que a dos grupos de interesse e das estratégias de investimento secundando as instâncias planejadoras, restando equívoca, deslocada, sua pretensão cultural como imagem do utilitário. Mas nem tudo é um mar de rosas e a voz do filósofo que fez da substância metafísica uma via para o caminhar do homem moderno como subjetividade, se faria ressoar naquelas outras miradas mais distanciadas, a enfocarem a sociedade de informação desde suas fronteiras, sem rir nem chorar, no caso, sem redução das relações entre as tecnologias da informação e as sociedades, mas, ao contrário de qualquer simplificação, reencontrando-as numa morfologia aberta às significações humanas. Por nossa parte, se é fato que sem a comunicação social não há cultura, como é sabido, será, pois de bom alvitre começar nossa aproximação acolhendo as indagações a este respeito, atentos à Metodologia do pensar teórico neste domínio e às brechas suscitantes para a sociologia do conhecimento.



A Teoria de Comunicação Social e a Sociologia do Conhecimento

/Primeira Parte/

A teoria de comunicação social se afirma dentro da sociedade de informação e não vê o pluralismo cultural e lingüístico.

A TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL se insere no contexto da cultura da tecnologia como fenômeno social global (cultura na medida em que se trata de apreensão do ciberespaço como redes de redes) levando ao surgimento da sociedade de redes de informação, como consagração do princípio da virtualidade real, de que nos falou Manuel Castells (Castells, 2003). Ela dá expressão ou reflete esse processo de formação, e o faz voltada para a indústria cultural (esta é mais antiga, vem dos anos vinte) que é um dos setores dessa cultura da tecnologia (em inelutável expansão inelutável desde os anos cinquenta). A sociedade de redes de informação é uma unidade coletiva surgida com o desenvolvimento tecnológico, cuja obra a realizar é o desenvolvimento das tecnologias da informação para o que, conforme assinalou Vicente Ortega em artigo de TELOS em 2004, articula os três âmbitos mencionados por Arnold Pacey no livro *The culture of technology*, publicado em 1983. As relações entre as tecnologias e as sociedades dão lugar a um sistema combinando “*tres ámbitos o aspectos: el científico-técnico, el organizacional y el cultural. El primero incluye el conocimiento científico-técnico experimental, los procedimientos y habilidades técnicas, las fuentes de energía, los recursos naturales, las máquinas, aparatos y herramientas, etc. El segundo ámbito engloba los conocimientos y las actividades económicas y empresariales, sindicales y profesionales, las administraciones públicas y organizaciones de consumidores y otros aspectos parecidos propios del mundo de la economía, los servicios y la gestión. Por último, el ámbito cultural comprende aspectos más generales e indefinidos*”



como los fines, los valores, las creencias, las costumbres, las ideas de creatividad, riesgo, progreso, etc., que constituyen el caldo de cultivo predominante en una determinada sociedad". Do ponto de vista assim localizado, a sociedade de redes de informação aparece como instância do "*desarrollo tecnológico sostenible de las tecnologías de la Información*", sendo representada em seus fins ideais (1)-como foco de "*nuevos tipos de información y nuevos servicios que contribuyen a un cambio de hábitos culturales que tienden a modificar los comportamientos sociales*"; (2)-como un "*estadio del desarrollo de la sociedad caracterizado por la capacidad de sus miembros – individuos, organizaciones e instituciones– para crear, procesar,*

Em seu caldo de cultivo, a sociedade de redes de informação afirma uma ideologia ou um discurso como expressão de seu vínculo estrutural e recíproco ao desenvolvimento das tecnologias da informação.

comunicar, obtener y compartir libremente cualquier tipo de información, en cualquier lugar y en cualquier momento"; (3)- a que se conjugam, como necessárias, "*las infraestructuras, sistemas y servicios de telecomunicaciones e informática, es decir las tecnologías propiamente ditas*"⁽²⁾. Portanto, a sociedade de informação, em seu caldo de cultivo, afirma uma ideologia ou um discurso como expressão de seu vínculo estrutural e recíproco ao desenvolvimento das tecnologias da informação. É desse "caldo de cultivo" que, como veremos adiante, participa a TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL na medida em que, por sua vez, se afirma dentro da sociedade de informação e não vê as sociedades além desta, como o pluralismo cultural e linguístico, por exemplo, que escapa ao domínio da TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

² A noção de uma cultura da tecnologia foi posta em relevo, dentre as publicações eletrônicas em língua espanhola, por Vicente Ortega, numa reflexão proposta a partir do mencionado livro de Arnold Pacey. Segundo V. Ortega, trata-se ali de promover o conceito moderno de tecnologia, como *visión multidisciplinar* da qual são aspectos conjugados a comunicação (sem a qual não há cultura), a tecnologia e a sociedade. As relações entre tecnologias e sociedades dão lugar a um sistema combinando "tres ámbitos o aspectos: el científico-técnico, el organizacional y el cultural (Ortega, 2004).



A sociedade da informação é um aprofundamento na cultura da tecnologia (consagra como foi dito o princípio da virtualidade real). Todavia é preciso levar em conta que a apreensão do cyberspaço, base dessa cultura da tecnologia, não se dá indiferentemente aos conteúdos comunicados, aos temas percebidos (como as próprias relações entre tecnologias e sociedades), às línguas ou às significações nelas e por elas apreendidas (as criações e os produtos segregados no ciberespaço, como virtualidades reais, desdobram-se desses conteúdos, desses temas percebidos, ainda que se possa observar o surgimento da atividade de “conteúdistas de software”, invertendo aparentemente a ordem das funções mas consagrando a prioridade e a anterioridade dos conteúdos).

A TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL como discurso da cultura da tecnologia voltado para apreciar as situações surgidas nas redes de redes trata seu objeto (a mensagem, o medium, a mídia) sem considerar as línguas em que as informações são comunicadas em texto, nem a determinação que a particularidade das línguas impõe aos conteúdos ou constitui os conteúdos. Dá por suposto que a língua dos conteúdos informativos é tão formal ou indiferente quanto os algoritmos da linguagem tecnológica ou digital que constitui o medium (software, por ex.). Supõe um monismo da língua nas informações. Neste sentido, a re colocação do tema e do problema das relações entre tecnologias e sociedades, acentuando o aspecto da variedade nessas relações, passa pela discussão sobre a TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL em face do pluralismo cultural e lingüístico. Note-se que do ponto de vista do pluralismo há uma relativa autonomia dos conteúdos, sendo legítimo tratar ou classificar as informações desde o aspecto temático e distinguir assim, por diferença da sociedade da informação à qual estão ligadas como as suas regiões diferenciais, as sociedades do saber, nas quais os conteúdos informativos são realçados nas classificações variadas, em face dos critérios exclusivamente tecnológicos ou das situações econômicas típicas resultantes das dinâmicas das redes de redes na Internet. O pluralismo cultural e lingüístico torna possível perceber ou dar expressão às relações entre tecnologias e sociedades com anterioridade ao sistema da cultura da tecnologia (os três âmbitos mencionados),



isto é, como sendo um conjunto de relações que não se reduz ao nível do que é produzido nesse sistema, mas introduz um princípio de variabilidade no mesmo. Tal o quadro de referência que permite uma apreciação crítica das premissas na TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

O pluralismo cultural e lingüístico é uma realidade sociológica independente e individualizada, não é um produto da cultura da tecnologia embora lhe seja transversal ou interveniente;

Seja como for, podemos constatar que o estudo das relações entre tecnologias e sociedades sendo feito com atenção ao pluralismo, leva a assinalar não só várias ambigüidades no sistema da cultura tecnológica, mas, por esta via, permite realçar certas alterações na linha do desenvolvimento das tecnologias da informação. Lembre-se a este respeito que: *“la posición de fuerza de los medios de comunicación en el comercio externo está relacionada, por un lado, con la buena comercialización de sus productos (cine, radiotelevisión, vídeo) y, por otro, con la capacidad que tienen éstos para generar audiencias sobre la base de una relación calidad/precio competitiva. Pero en ambos casos dependen en su mayor parte de las características del mercado interno”. “El año 2001 estuvo marcado por un neto decrecimiento del mercado mediático tras diez años de continua expansión. La causa principal fue la reducción de un 6,2 por ciento de la inversión publicitaria La crisis alcanzó al uso instrumental de los productos de la industria del copyright pero no a su mercado de consumo, que en su mayor parte continuó creciendo. A pesar de la fuerte caída de las inversiones publicitarias –que no se había registrado de forma tan pronunciada desde la II Guerra Mundial- el gasto de los consumidores en medios de comunicación continuó creciendo, registrando un aumento del 6,5 por ciento con respecto al año precedente (cf. Richeri, 2004).*

“La importancia estratégica de las industrias del copyright no solo se debe a que se trata de uno de los segmentos más dinámicos de la economía estadounidense, o al hecho de que hoy pa-



rece desempeñar, en el desarrollo económico general, el mismo rol que la industria pesada en épocas pasadas. Su importancia se debe sobre todo al hecho de que esta industria ha alcanzado un nivel de expansión internacional muy elevado, y al hecho de que sus productos –mucho más que cualquier otra clase de producto– se caracterizan por su doble valor económico y socio-cultural” (ib.ídem). E este autor mencionado nos lembra ainda que a relevância dessa última característica “*es evidente si se tienen en cuenta las iniciativas que la Unión Europea está tomando para reforzar la competitividad de sus productos y para elevar las barreras de entrada a los productos norteamericanos” (ib.ídem).*

*A indústria do copyright tornou-se vulnerável
em consequência das redes P2P*

Constata-se a vulnerabilidade da indústria do copyright *como consecuencia del uso de Internet para intercambiar y distribuir gratuitamente ‘entre pares’ (peer to peer) nas redes P2P, atingindo não só aos CD musicais, mas “con el desarrollo de las redes de banda ancha, a otros sectores como el de la industria cinematográfica” (ib.ídem).*

Desta forma, chega-se à conclusão de que “*estas nuevas formas de liberación espontánea de los flujos internacionales de “información”, como consecuencia del desarrollo de las redes y servicios de telecomunicaciones, plantea nuevos problemas al menos sobre dos frentes: el de las empresas que poseen y gestionan el copyright y ven amenazados sus ingresos; y el no menos importante relacionado con el incremento de los desequilibrios en los intercambios internacionales, los cuales se profundizarán a través de las nuevas redes y serán difíciles de evaluar y regular, como lo viene intentando la Unión Europea desde hace tiempo” (ib.ídem).*

De fato, é neste ponto que a TEORIA DE COMUNICAÇÃO encontra o tema que lhe dá projeção como teoria conjectural. O estudo das redes de redes introduz na sociedade de informação um



quadro diferencial que exige uma apreciação mais ou menos profunda para ser compreendido. Aos olhos da TEORIA DE COMUNICAÇÃO os “*programas peer-to-peer (P2P), como eMule, Gnutella, eDonkey, BitTorrent e outros tantos permitiram que, de conteúdos compartilhados nos servidores, a rede se estendesse, desde a base dos 340 milhões de computadores ligados à rede (junho de 2005) para os computadores pessoais dos usuários da rede, ou seja, estendendo o intercâmbio de conteúdo para outras 910 a 940 milhões de máquinas em uso (e-Forecast, 2005). Trata-se de uma quantidade gigantesca de informação que flui de forma descentralizada e frenética pela rede*” (apud Machado, 2005).

No estudo dessa situação da indústria cultural na sociedade de informação e por efeito desta, a TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL não só nos oferece uma descrição da mentalidade no círculo social dos administradores e usuários das redes de redes, à qual chama “***cultura do compartilhamento***”, mas por esta via, nos deixa ver uma noção do conhecimento como conteúdo impresso/gravado comunicado nos produtos da indústria cultural (o que nos anos sessenta e setenta chamava-se “*mensagem*” - *o meio é a mensagem*), mas bastante submetido ao ponto de vista da tecnologia da informação e ao aspecto quantitativo. Mas não é tudo. A Teoria de Comunicação Social põe em relevo as mudanças verificadas no complexo sistema de produção, distribuição, logística, planejamento que envolvia as relações entre o produtor/autor e o consumidor na indústria cultural. Tomadas em conjunto, as tecnologias da informação e comunicação e a dinâmica da Internet, tanto pela introdução do suporte virtual quanto pela expansão das redes “P2P”, tiveram várias conseqüências levando a quebrar o elo em torno da função de fazer o conhecimento/informação/mensagem chegar ao cidadão/consumidor que, via de regra, era uma função assumida pelas editoras e gravadoras com suporte convencional. As tecnologias da informação e comunicação e a dinâmica da Internet colocaram em cheque a propriedade do conhecimento, pois “***qualquer obra humana que possa ser convertida em bits pode ser reproduzida indeterminadas vezes e facilmente distribuída***”; Em face dessa qualidade, inverteu-se o procedimento da comercialização passando-se a falar mais em



“vender o suporte do que a informação”, tendendo-se a “pagar apenas pelos átomos”; Observou-se o surgimento nesse âmbito digital de “uma comunhão de bens culturais, técnicos e científicos considerados ‘públicos’ (...) em que **“o único constrangimento para a reprodução e distribuição deve ser o controle pelo autor sobre a integridade de seu trabalho e o direito de sua propriedade intelectual e devida citação”** (ibidem Machado, 2005). Portanto, afirma-se a exigência de rever os papéis econômicos, para o que a TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL sugere que o contexto configurado pelos programas *peer-to-peer* (P2P) seja tomado como modelo. Quer dizer, estaríamos diante de um contexto em que “a informação e, principalmente, o conhecimento são tanto insumos como produtos cada vez mais importantes para a produção cultural, econômica, artística, intelectual e, assim, para o desenvolvimento econômico e social”, estabelecendo-se a configuração de “um novo paradigma da difusão e construção do conhecimento”, o qual seria observado no “compartilhamento através das redes de criação e inovação”, o qual a TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL torna seu modelo principal de análise e interpretação, seguinte: *O compartilhamento do conhecimento tem sido a base da inovação e da produção de novos conhecimentos. As modernas tecnologias de informação e comunicação proporcionam ferramentas inovadoras para o intercâmbio de conhecimento em nível global e em tempo real; Consolida-se cada vez mais uma cultura do compartilhamento, baseada principalmente nas comunidades de interesses e, cada vez mais, na troca entre particulares – nas redes do tipo P2P* (ibidem Machado, 2005).

Na realidade, o que a TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL quer dizer quando nos fala de um novo paradigma de construção do conhecimento não é tanto o fato de que as tecnologias da informação possibilitam que o conhecimento técnico seja construído em seus conteúdos lógico-numéricos pelas próprias ferramentas tecnológicas, ou que as tecnologias sejam construídas pelas próprias tecnologias (os computadores constroem computadores, robôs constroem robôs), mas, simplesmente, que, ao quebrar-se o elo convencional em torno da função de fazer o conhecimento/informação/mensagem chegar ao consumidor, a difu-



são desse conhecimento tal como disponibilizado na indústria cultural, passa a sofrer os efeitos das redes de redes, de tal sorte que “*o compartilhamento desse conhecimento tem sido a base da inovação e da produção de novos conhecimentos*”. A noção de “*construção*” do conhecimento é, portanto empregada no sentido preciso de que o conhecimento/informação/mensagem não é mais imposto desde cima pela indústria cultural, mas o usufruto do mesmo, como conteúdo impresso/gravado socialmente comunicado, resulta do círculo dos administradores e usuários das novas tecnologias da informação, sobretudo do compartilhamento e das trocas entre os particulares decorrente das novas redes de redes P2P.

O usufruto do conhecimento/informação/mensagem resulta do círculo social dos administradores e usuários das novas tecnologias da informação e não é mais imposto desde cima pela indústria cultural.

Admite-se, então, que esse conhecimento/informação/mensagem assim difundido e desfrutado, em redes de redes, introduz novas referências para a compreensão dos papéis na indústria cultural, já que, por sua vinculação direta aos meios tecnológicos de difusão da informação, ou como extensões desses meios, sobretudo pela magnitude do seu volume e rapidez, aquele conhecimento adquire um valor econômico próprio que anteriormente não se verificava. Daí falar-se em conhecimento-insumo e em conhecimento-produto para chegar a uma análise dessa situação em que, como foi dito, “*uma quantidade gigantesca de informação flui de forma descentralizada e frenética pela rede*”. Quer dizer, trata-se de uma configuração particular do conhecimento técnico, como atividade de selecionar e classificar as informações recebidas das redes com o fim de fabricar, confeccionar ou elaborar produtos que retornem as informações para as redes, num encadeamento sucessivo e ininterrupto, no qual toda a informação já é um conhecimento técnico, já é uma atividade de selecionar e classificar informações em redes, conhecimento este tornado informação por seu estatuto duplamente instrumental nessa corrente circular (a informação como



conhecimento-insumo e conhecimento-produto e vice-versa) e todo o consumidor/usuário vem a ser de alguma maneira autor/produtor cultural e vice-versa, com todos esses papéis revertendo em benefício do desenvolvimento sustentado das próprias tecnologias da informação. Tal o seu valor econômico. Portanto, a novidade não é tanto o **incremento** do conhecimento técnico, que já é predominante nos tempos modernos, mas sim a mudança dos papéis econômicos na indústria cultural em decorrência desse incremento, papéis que como já o dissemos passam a reverter em benefício do desenvolvimento das tecnologias da informação/comunicação, pressionando não só a indústria cultural, mas toda a indústria do copyright.

A representação do conhecimento como insumo ou produto promove os valores do utilitarismo.

A TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL sofre, pois, os efeitos dessa pegada das tecnologias da informação/comunicação e nos deixa ver seu componente discursivo na sua própria maneira de formular tal configuração particular de um conhecimento técnico com acréscimo de valor no sistema cognitivo. Ela o representa em termos de “conhecimento-insumo” e “conhecimento produto” e promove desse modo, nessa representação, os valores do **utilitarismo** (não é tanto o conhecimento que importa, mas a utilidade da atividade classificadora –como insumo– para o desenvolvimento das tecnologias da comunicação, considerado como um progresso benéfico). Ou seja, em face da potenciação do conhecimento técnico como atividade classificadora em redes, diretamente exercida no prolongamento das próprias tecnologias da informação e em benefício do desenvolvimento destas, e que, portanto, pode ser definida como uma atividade tecnológica cabe indagar se a TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, ao conceitualizar tal atividade classificadora em redes como conhecimento-insumo - um valor econômico ou sócio-econômico - não estaria incorrendo numa projeção pelo **utilitarismo** para o domínio dos símbolos sociais daquela potenciação do conhecimento técnico? Não estaria revalorizando uma



“*noção tecnológica do conhecimento*” (atividade tecnológica impulsionando o desenvolvimento das próprias tecnologias da informação), ao invés de sua compreensão sociológica? (Neste sentido, a “*cultura do compartilhamento*” seria o modo pelo qual o desenvolvimento das tecnologias da informação se beneficia da mudança dos papéis na indústria cultural e vice-versa).

A “cultura do compartilhamento” seria o modo pelo qual o desenvolvimento das tecnologias da informação se beneficia da mudança dos papéis na indústria cultural e vice-versa.

Não que a projeção pelo utilitarismo careça de procedência ou deva ser repelida como estranha ao objeto da TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. Pelo contrário: antes de prejudicar a mirada sobre a mídia e as tecnologias da informação, o utilitarismo moderno a favorece, na medida em que constitui uma filosofia pública preconizando que “*as ações públicas só possam ser julgadas pelas conseqüências benéficas que elas possam ter*” para a vida em comum. Como se sabe, a defesa de um ‘utilitarismo liberal’ como filosofia pública é notada por alguns estudiosos como uma idéia que já pode ser encontrada em John Stuart Mill. Admite-se (a)-que o fato do “*utilitarismo não incentivar o cumprimento indiscriminado de promessas e a expressão da verdade*”, embora seja fatal no nível social, seria pelo menos aceitável no nível político-público; (b)-que a noção vaga de “*felicidade*” ali adotada seria um modo de criar “*um espaço de negociação entre interesses diferentes e conflitantes, respeitando as tendências pluralistas das sociedades contemporâneas*”, tanto mais que “*a variedade das escolhas aumenta a possibilidade da felicidade, principalmente numa sociedade pluralista*”; (c) – que o utilitarismo das ações ao nível moral é ineficaz e tem resultados contra-intuitivos [o imperativo de que cada ação deva ser ponderada de forma que maximize a felicidade do maior número não garante contra os abusos]. (d) - que o utilitarismo liberal é um utilitarismo político que pode (deve) ser eficaz e cujos resultados contra-intuitivos são bloqueados pela sua vertente liberal. Por fim, admite-se que as idéias de democracia,



progresso e de direito à escolha são três idéias enraizadas na cultura pública que podem ser explicadas em termos utilitaristas [*a democracia pode ser vista como uma espécie de Utilitarismo aplicado, na medida em que, sendo o governo da maioria, defenderá os interesses do maior número*]. Assim sendo, o utilitarismo liberal está longe de ser uma proposta inconsistente e a idéia de que uma das funções da política é promover o bem-estar humano encontra nele uma justificação teórica adequada “³) (Bizarro 2001).

A atividade que se desenrola em prolongamento da ferramenta tecnológica incorpora um incremento estranho aos juízos cognitivos.

Do ponto de vista da sociologia, o termo conhecimento não é utilizado para representar atividade de outra ordem nem encobre afirmação de valores morais ou filosóficos. Do que foi dito acima, a atividade de selecionar e classificar as informações recebidas das redes com o fim de fabricar, confeccionar ou elaborar produtos que retornem as informações para as redes, é, com certeza, conhecimento técnico, mas se essa atividade, assimilando um **incremento** de ordem tecnológica, pode ter o efeito de beneficiar o desenvolvimento sustentado das próprias tecnologias da informação e vice-versa é um valor sócio-econômico que já extrapola e é exterior ao nível do conhecimento propriamente dito, ainda que ao mesmo apareça acoplado. A atividade que se desenrola em prolongamento da ferramenta tecnológica incorpora um incremento estranho aos juízos cognitivos. Ainda que se possa falar de “apreensão” relativamente ao ciberespaço, do ponto de vista dos conteúdos lógico-numéricos, está claro que não se trata das amplitudes concretas apreendidas na experiência humana, base dos objetos do conhecimento, haja vista a parte que cabe às máquinas inte-

³ Aproveito aqui os comentários de Sara Bizarro que se apóia, dentre outros, em Goodin, Robert E., *Utilitarianism as a Public Philosophy*, Cambridge University Press, 1995, e sustenta as seguintes conclusões: “nas discussões acerca do utilitarismo muitas vezes ataca-se exclusivamente a sua versão clássica ignorando o utilitarismo liberal de John Stuart Mill”. O utilitarismo liberal das *ações* escapa aos paradoxos propostos pelos críticos do utilitarismo [não conseguiria evitar a ‘veneração das regras’ e deixaria de ser utilitarismo]. O utilitarismo das regras reduz-se de facto ao utilitarismo das *ações*, mas o utilitarismo liberal é um utilitarismo das *ações* capaz de bloquear os efeitos contra-intuitivos graças a sua vertente liberal.



ligentes em tal “apreensão”. A sociologia do conhecimento, como disciplina das Ciências Humanas, já mostrou que a capacidade cognitiva de encontrar correlações e tirar inferências gera-se no espaço da sociabilidade, no qual está mergulhado o mundo exterior da percepção, espaço que já é apreendido nos Nós, forma esta que, por sua vez, constitui segundo o ensinamento de G.Gurvitch (1894-1965) o primeiro foco da experiência humana (ver: Gurvitch, 1962). De fato, de acordo com esta orientação, na elaboração da explicação em sociologia, o sociólogo descreve e aplica os diversos procedimentos relativista-dialéticos de intermediação que ele encontra na própria realidade social descoberta, para fazer ressaltar o acordo ou desacordo do conhecimento em correlações funcionais com os quadros sociais. Essa atitude de descrever correlações exclui qualquer “*invencionismo*” e não induz a “*deformação*” alguma, mas pode certamente favorecer a diminuição da importância do *coeficiente existencial do conhecimento* pela tomada de consciência. A liberdade humana, seja a de escolha, a de decisão ou a de criação, antes de se limitar ao indivíduo, em particular ao sociólogo, se afirma também nas manifestações coletivas as quais, elas mesmas, estruturam a realidade social a qual, por isso, só pode ser descoberta pelo sociólogo (e não inventada).





/Segunda Parte/

A sociologia do conhecimento, como disciplina das Ciências Humanas, já mostrou que a capacidade cognitiva de encontrar correlações e tirar inferências gera-se no espaço da sociabilidade, nas amplitudes concretas, no qual está mergulhado o mundo exterior da percepção, espaço que já é apreendido nos Nós, como o primeiro foco da experiência humana, mas que não se verifica na apreensão do ciberespaço.

A “nova” sociologia do conhecimento no século XX, desse modo aqui apresentada, que está desenvolvida notadamente ao longo da monumental e elucidativa obra de Georges GURVITCH, (em especial: Gurvitch, 1962; 1968; 1969) nos oferece a compreensão dos sistemas cognitivos e empreende a análise das classes e formas do conhecimento, que é indispensável para estudar as variações do saber, intensificadas hoje em dia com o crescimento da sociedade de informação. OS SISTEMAS COGNITIVOS compreendem diferentes hierarquias de “*classes do conhecimento*” entrecruzadas com as diferentes “*acentuações das formas*” dessas classes – observadas no âmbito mesmo dessas classes de conhecimento, como veremos adiante. No centro da sociologia do conhecimento estão, pois os estudos das estruturas sociais, como quadros sociais, já que nas estruturas sociais o saber está em correlações funcionais e, assim, como sistema cognitivo, desempenha um papel de argamassa, juntamente com as demais obras de civilização – sendo a este “*papel cimentador*” das mesmas que se refere a noção de controles ou regulamentações sociais, papel este que não deve ser confundido com as obras de civilização elas próprias, as quais ultrapassam este seu “*papel*” (lembre-se que os seguidores do neo-hegeliano e fundador bem conhecido desta disciplina nos anos vinte Karl Mannheim identificaram erroneamente o papel de argamassa das obras de civilização a uma função conservadora de adaptação do espírito às



situações existentes). A análise diferencial desenvolvida pela sociologia do conhecimento em sua “*démarche*”, vai das classes do conhecimento mais espontaneamente implicadas na realidade social para aquelas mais implicadas na engrenagem das estruturas sociais e permite assinalar as diferenças nas fases por que passam os sujeitos sociais para se constituírem como tais, isto é, para se afirmarem como intermediários e se objetivarem nos quadros sociais. Em realidade, o sequenciamento praticado nesta análise “*gurvitche-ana*” é uma via de mão dupla, e a configuração dos quadros sociais é marcada pela ambigüidade e pela ambivalência dialéticas, de tal sorte que os próprios intermediários ora são penderes mais para a função simbólica, ora mais para a função social real, dependendo das situações de fato, isto é, conforme a perspectivação sociológica do conhecimento. Portanto, o “*salto qualitativo*” por trás da configuração dos quadros sociais não é totalmente irreversível e quando se verifica a objetivação da funcionalidade o estágio “menos complexo” da tomada de consciência permanece em tensão, sem síntese superadora – como se pode ver, por exemplo, no caso da “*distinção sutil*” observada por Ralf Dahrendorf (Dahrendorf 1974, págs.114 a 117), em que o conhecimento de senso comum permanece atualizado no âmbito do público da ciência, como quadro social.

O conhecimento perceptivo, o conhecimento de outro e o conhecimento de senso comum, os mais profundamente implicados na realidade social, são estudados no âmbito da hierarquia em classes do conhecimento, havendo, todavia uma lógica bem marcada na seqüência com que figuram nesta análise – já que o conhecimento perceptivo do mundo exterior é privilegiado e, como já o notamos, dá conta das perspectivas recíprocas, sem as quais não há funções sociais, enquanto os demais já são classes de conhecimento particular, já são funções correlacionadas dos quadros sociais e pressupõem aquele conhecimento perceptivo do mundo exterior -sem que haja, todavia, qualquer atribuição de valor, mas apenas a constatação de que a simples manifestação dos temas coletivos, como conjuntos complexos e abertos, é diferenciada, de fato, através da perspectivação sociológica do conhecimento perceptivo do mundo exterior, do conhecimento de outro e do conhecimento de senso comum. Em resumo:



onde se verifique essas classes de conhecimento profundamente implicadas na realidade social descobre-se a simples manifestação dos temas coletivos – os Nós, os grupos, as classes sociais, as sociedades – de tal sorte que o conhecimento aparece como obstáculo, como aquilo que suscita os esforços e faz participar no real, levando à configuração da funcionalidade dos quadros sociais, como reciprocidade de perspectivas, aos quais são essas classes de conhecimento as mais espontaneamente ligadas.

O saber em correlações funcionais nas estruturas sociais constitui os sistemas cognitivos e desse modo, junto com as demais obras de civilização como a moral, a educação, o direito, desempenha o papel de argamassa dos elementos estruturais (controles sociais).

Já o conhecimento técnico, o conhecimento político, o conhecimento científico e o conhecimento filosófico são estudados, exatamente nesta seqüência, em suas diferenças específicas ----guardam seus segredos— como classes de um conhecimento particular, igualmente implicadas na realidade social, mas de modo específico na engrenagem das suas estruturas. Ademais, nesse carácter estrutural específico do conhecimento, nesta sua distributividade em função dos seus próprios segredos, são conhecimentos que exigem quadros de referência, exigem as interpretações das funções e, portanto, servem à marcha dos temas coletivos preferencialmente lá onde se atualiza a tomada de consciência em suas conceitualizações e simbolizações. Quer dizer, no tocante ao conhecimento técnico, ao conhecimento político, ao conhecimento científico, ao conhecimento filosófico, a perspectiva sociológica do conhecimento faz ver, preferencialmente, o aprofundamento na luta dos temas coletivos como sujeitos da tomada de consciência, compreendendo as massas, as comunidades, as comunhões, os agrupamentos particulares --incluindo os grupos profissionais, as universidades, os Estados, as Igrejas, as fábricas, os agrupamentos de localidades--, enfim as classes sociais e as sociedades globais como tipos de quadros sociais do conhecimento em estado de correlações funcionais.



Já tivemos a ocasião de lembrar que os sistemas cognitivos são assim designados por Gurvitch porquanto sejam correspondentes à variedade dos tipos de sociedades globais e suas estruturas parciais ou globais, como quadros sociais, isto é, precisamente como intermediários entre os atos humanos e as obras de civilização. As acentuações das formas das classes do conhecimento são observadas, portanto, a partir da análise das classes do conhecimento, como correlacionadas aos quadros sociais. Sem dúvida, essas formas se modificam, igualmente, em função dos quadros sociais e podem servir para caracterizar, segundo o caso, tanto os sistemas variáveis de classes do conhecimento, como cada uma dessas classes em suas relações com os quadros sociais, que a análise deverá precisar. Trata-se de formas em dicotomias que se encontram diferentemente acentuadas dentro de cada classe do saber, portanto, são as formas de relatividade das classes do conhecimento, das quais GURVITCH estuda as cinco dicotomias seguintes:

- 1) - o conhecimento místico e o conhecimento racional;
- 2) - o conhecimento empírico e o conhecimento conceitual;
- 3) - o conhecimento positivo e o conhecimento especulativo;
- 4) - o conhecimento simbólico e o conhecimento adequado;
- 5) - o conhecimento coletivo e o conhecimento individual.

Note-se que esta diferenciação das formas do conhecimento segundo dicotomias, revelando a compreensão relativista de que estas formas se apresentam antes como tendências ou matizes , e só excepcionalmente em uma relativa pureza , procede da constatação de que todo o conhecimento é uma combinação dialética de experiências e juízos.

A sociologia do conhecimento perceptivo do mundo exterior visa sobretudo resguardar a integridade do mundo exterior em sua relativa diversidade, como condição da experiência humana, “salvando-o” da dominação pelo elemento das imagens, isto é, liberando-o do preconceito da consciência fechada ou idêntica em todos, genérica.



O alcance sociológico de toda essa análise considera as classes do conhecimento cada vez que apareceram em um quadro social, logo, cada vez como uma classe do conhecimento que estava rechaçada ao último lugar no tipo de sociedade a que correspondiam. Observa-se então que a marcha dos temas coletivos reais se afirma na medida em que *“uma quantidade considerável de percepções, ainda individuais, são controladas e sugeridas por critérios coletivos”* que integram a seleção perceptiva dos objetos. Fala-se então de *“amplitudes concretas”*, como as *“extensões”* opostas às *“tensões características dos diferentes graus da duração qualitativa”*: tal o critério básico da possibilidade da disposição das classes e das formas do conhecimento em um sistema cognitivo. Desta sorte, no ensino da nossa disciplina, 1) *“o conhecimento perceptivo do mundo exterior se nos apresenta como um domínio privilegiado”*, embora, nesta seqüência, também 2) o conhecimento de outro, dos Nós, dos agrupamentos particulares, das classes sociais e das sociedades; 3) o conhecimento político e 4) certos ramos do conhecimento científico (ciências naturais e ciências humanas, incluindo a história e a sociologia), *“implicam o estudo das amplitudes e dos tempos específicos em que se movem seus objetos”*(*).

Conforme a análise gurvitcheana, *“o conhecimento perceptivo do mundo exterior afirma como verdadeiro um conjunto coerente de imagens imbricadas em amplitudes e tempos concretos e específicos; sua percepção, a possibilidade de conceituá-las e quantificá-las são muito variáveis”*. Além disso, além de distinguir as percepções e o conhecimento perceptivo, a análise gurvitcheana, pondo em relevo as amplitudes concretas, -as extensões que, segundo Gurvitch, Henri Bergson tratou como distintas de sua quantificação em espaços- visa sobretudo resguardar a integridade do mundo exterior em sua relativa diversidade, como condição da experiência humana, *“salvando-o”* da dominação pelo elemento das ima-

(*) Com outras palavras, se o conhecimento aparece em classes, como se fosse uma distribuição de probabilidades, no sentido dos “meios” em “estratificação social”, o estudo das amplitudes e dos tempos de seus objetos dá conta da diferença específica entre os limites de cada classe do conhecimento, quer dizer, nos faculta a qualidade ou caráter desses objetos, bem como os intervalos, as durações em que estão dados a nós.



gens, isto é, liberando-o do preconceito da consciência fechada ou idêntica em todos, genérica. Quer dizer, o conhecimento perceptivo do mundo exterior encontra obstáculo na própria “percepção coletiva de amplitudes e tempos em que está situado este mundo” – percepção esta que o próprio conhecimento perceptivo pressupõe. Característica bem notada se tivermos em conta que o caráter da extensão na morfologia da sociedade encontra-se enroscado a esta classe do conhecimento perceptivo, constatação esta que, ao invés de suprimir a objetividade deste “mundo dos produtos” (incluindo desde os insumos da produção econômica, os recursos, até as tecnologias) que é a morfologia, que é a base morfológica da consciência coletiva - supressão de objetividade esta que Claude Levy-Strauss exagerou em atribuir a Gurvitch- , faz por acentuar que a morfologia está penetrada de significações propriamente humanas que não podem passar despercebidas numa mirada exclusivamente quantitativa, mas devem ser alcançadas e aclaradas pela sociologia.

O caráter da extensão na morfologia da sociedade se encontra enroscado no conhecimento perceptivo do mundo exterior.

Quando estava “em último lugar”, no quadro da sociedade feudal, o conhecimento perceptivo do mundo exterior alcançando a morfologia, tinha como expressões a “ausência de perspectiva na arte, o plissamento das cidades e dos povoados em si mesmos, em sua arquitetura e sua disposição”, estando assim em acordo com o caráter fechado da mentalidade coletiva naquele tipo de sociedade global. Podemos assinalar, então, nessa análise em matéria de sociologia do conhecimento, que as amplitudes e os tempos estão entre os obstáculos que suscitam a manifestação e a tomada de consciência dos temas coletivos reais como sujeitos – os Nós, os agrupamentos particulares, as classes sociais, as sociedades globais. É como se a análise gurvitcheana procedesse a uma redução das imagens do mundo exterior ao seu elemento mais simples, chegando à observação e descrição dos “meios” ou amplitudes–tempos em que o mundo exterior está imbricado, referência esta



muito perquirida pelos estudiosos da “história íntima”. (ver: Lumier (J.), 2005; págs. 84 a 91).



A Teoria de Comunicação Social e a Sociologia do Conhecimento

SUMÁRIOS

ou

Proposições em destaque no texto:

(Na ordem da exposição)

//A compreensão dos temas e problemas da reflexão da sociedade de redes de informação deve evitar a redução das relações entre as tecnologias da informação e as sociedades, em favor de uma compreensão sociológica aprofundada da morfologia. //

//A teoria de comunicação social é voltada para a indústria cultural e reflete o processo de formação da sociedade de informação, como consagração do princípio da virtualidade real. //

//As relações entre tecnologias e sociedades dão lugar a um sistema combinando *tres ámbitos o aspectos: el científico-técnico, el organizacional y el cultural.* //

//A sociedade de informação em seu caldo de cultivo afirma uma ideologia ou um discurso como expressão de seu vínculo estrutural e recíproco ao desenvolvimento das tecnologias da informação. //

//A recolocação do tema e do problema das relações entre tecnologias e sociedades, acentuando o aspecto da variedade nessas relações, passa pela discussão sobre a TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL em face do pluralismo cultural e lingüístico. //

//No estudo das alterações nas relações entre tecnologias da informação e sociedades os números levam em conta o mercado interno e as relações internacionais. //

//Tomadas em conjunto, as tecnologias da informação e comunicação e a dinâmica da Internet, tanto pela introdução do suporte virtual quanto pela expansão das redes "P2P", tiveram várias conse-



qüências levando a quebrar o elo em torno da função de fazer o conhecimento/informação/mensagem chegar ao cidadão/consumidor. //

//A TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL toma como seu modelo principal de análise e interpretação o fato de que (a) - o compartilhamento do conhecimento tem sido a base da inovação e da produção de novos conhecimentos e que (b) - consolida-se cada vez mais uma cultura do compartilhamento baseada principalmente nas comunidades de interesses e, cada vez mais, na troca entre particulares – nas redes do tipo P2P.//

//Há, nessa atividade de selecionar e classificar as informações recebidas das redes com o fim de fabricar, confeccionar ou elaborar produtos que retornem as informações para as redes, revertendo em benefício do desenvolvimento sustentado das próprias tecnologias da informação, uma configuração particular do conhecimento técnico com acréscimo de valor no sistema cognitivo. //

// Ao conceitualizar a atividade classificadora em redes como *conhecimento-insumo*, a TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL incorre em uma projeção pelo **utilitarismo** da potenciação do conhecimento técnico, deslocando-o para o domínio dos símbolos sociais. //

//O **utilitarismo moderno** favorece a TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL na medida em que constitui uma filosofia pública preconizando que “*as ações públicas só possam ser julgadas pelas consequências benéficas que elas possam ter*” para a vida em comum. //

//A atividade que se desenrola em prolongamento da ferramenta tecnológica incorpora um incremento estranho aos juízos cognitivos. //

//A sociologia do conhecimento como disciplina das Ciências Humanas já mostrou que a capacidade cognitiva de encontrar correlações e tirar inferências gera-se no espaço da sociabilidade, no qual está mergulhado o mundo exterior da percepção, espaço que já é apreendido nos *Nós*, forma esta que, por sua vez constitui segundo o ensinamento de G.Gurvitch (1894-1965), o primeiro foco da experiência humana (ver: Gurvitch, 1962). //



//No centro da sociologia do conhecimento estão, pois os estudos das estruturas sociais como quadros sociais, já que nas estruturas sociais o saber está em correlações funcionais e, assim, como sistema cognitivo, desempenha um papel de argamassa, juntamente com as demais obras de civilização – sendo a este “*papel cimentador*” das mesmas que se refere a noção de controles ou regulamentações sociais.//

//O caráter da extensão na morfologia da sociedade encontra-se enroscado ao conhecimento perceptivo do mundo exterior, constatação esta que, ao invés de suprimir a objetividade deste “mundo dos produtos” (incluindo desde os insumos da produção econômica, os recursos, até as tecnologias) que é a morfologia ou base morfológica da consciência coletiva, faz por acentuar que a morfologia está penetrada de significações propriamente humanas que não podem passar despercebidas numa mirada exclusivamente quantitativa, mas devem ser alcançadas e aclaradas pela sociologia.//



A Teoria de Comunicação Social e a Sociologia do Conhecimento

CONCLUSÕES

Para fazer frente aos novos temas e novos desafios à compreensão/explicação colocados pela cultura do compartilhamento, a sociologia do conhecimento oferece à TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL o conceito operativo de sistema cognitivo, como instrumento de análise e interpretação capaz de : (a) - Trazer maior precisão ao uso da noção do conhecimento na reflexão da sociedade de redes de informação e, (b) - Levar a uma re colocação mais qualitativa do tema e do problema das relações entre as tecnologias da informação e as sociedades no âmbito da base morfológica da consciência coletiva.



A Teoria de Comunicação Social e a Sociologia do Conhecimento

Bibliografia Comentada:

1. BIZARRO, Sara: *Utilitarismo Moral & Utilitarismo Político*, Revista Intelecto Nº5/ arquivo – Fevereiro 2001, <http://www.geocities.com/revistaintelecto/> pesquisado em 28.12.2005.
2. DAHRENDORF, Ralf: “*Ensaio de Teoria da Sociedade*”, Trad. Regina Morel, Revisão e Notas Evaristo de Moraes Filho, Zahar / Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), Rio de Janeiro 1974, 335 pp. (1ª edição Em Inglês, Stanford, EUA, 1968).
3. CASTELLS, Manuel: “*The Internet Galaxy: reflections on the internet, business and society*”, Oxford University Press, Oxford (England), 2001. Tradução em português-brasileiro, editora Zahar, Rio de Janeiro 2003;
4. GURVITCH, Georges: “*Los Marcos Sociales del Conocimiento*”, Trad. Mário Giacchino, Monte Avila, Caracas 1969, 289 pp (1ª edição em Francês: PUF, Paris, 1966).
5. Do Mesmo Autor: “*Problemas de Sociologia do Conhecimento*”, In Gurvitch et Al. “*Tratado de Sociologia-Vol.2*”, Trad.: Ma. José Marinho, Revisão: Alberto Ferreira, Iniciativas Editoriais, Porto 1968, págs.145 a 189 (1ª edição em Francês: PUF, Paris, 1960).
6. Do Mesmo Autor: “*Dialectique Et Sociologie*”, Flammarion, Paris 1962, 312 pp., Col. Science.
7. LUMIER, Jacob (J.): Internet, e-book: “*Aspectos da Sociologia do Conhecimento: Reflexão em torno às análises Sociológicas de Georges Gurvitch doc.*”, 548 fls., 2005, bibliografia, índices remissivo e analítico eletrônicos, (896kb, zip); através de leiturasjлумierautor@leiturasjлумierautor.pro.br; ou pelo website “*Produção Leituras do Século XX*”, em <http://www.leiturasjлумierautor.pro.br>.
8. MACHADO, Jorge Alberto S.: “*Difusão do conhecimento e inovação - o Acesso Aberto a publicações científicas*” PDF; 2005, Gestão de Políticas



Públicas, EACH/USP, <http://www.forum-global.de/jm/> , pesquisado em 23.10.2005.

9. ORTEGA, Vicente: “*Tecnologías y Sociedad de la Información*” - Revista Telos Abril-Junio 2004 || N° 59, Segunda Época; . <http://www.campusred.net/telos/home.asp?idRevistaAnt=59&rev=&rev=>; pesquisada em 28.12.2005.

10. RICHERI, Giuseppe: “*Una actividad en pleno crecimiento. La industria del copyright en la economía de Estados Unidos*”, Revista TELOS, Julio-Septiembre 2004 || N° 60, Segunda Época <http://www.campusred.net/telos/>.



2006©Jacob (J.) Lumier





Comunicação Social e Sociologia do Conhecimento: Artigos
Jacob (J.) Lumier



Comunicação Social e Sociologia do Conhecimento: Artigos

Jacob (J.) Lumier

A FICÇÃO NAS ELEIÇÕES

Ou

Para Refletir Sobre o Voto e a Democracia:
As linhas mestras sobre as Eleições com Voto Obrigatório no Brasil (*)

Notas de sociologia para um estudo crítico.

Por

Jacob (J.) Lumier
Autor de ensaios na Internet.

(*) A Primeira versão reduzida deste artigo está publicada em Francês no Blog do jornalista Eric Dupin (ex-Libération) http://ericdupin.blogs.com/murmures/2006/01/optimiste_chili.html#comments



Apresentação

A divulgação deste pequeno artigo visa sugerir que se faça uma campanha pelo **voto facultativo ou voluntário** na Democracia para resgatar a motivação política no ato eleitoral. Os eleitores votariam em urnas espalhadas por todos os lugares oficiais de votação em alternativa ao voto obrigatório. Pode-se lembrar como exemplo precedente de uma iniciativa deste tipo nos EUA, **mutatis mutandis**, a exitosa Campanha empreendida há algum tempo para sensibilizar os congressistas a produzirem os votos dos eleitores - mobilizada em torno à candidatura crítica do FICUS (a planta). Promovida com espírito propositivo inicialmente por um cineasta e logo expandida em escala do país, tal Campanha contribuiu consideravelmente para o comparecimento politicamente motivado dos eleitores.

Categorias de referência:

Relações Institucionais/ Estudos Críticos/ Sociologia/ Cultura de Massa/
Democracia/ Eleições/ Liberdade Política/.

Palavras-Chaves:

Conformismo/ Ficção/ Cidadania/ Desobediência Civil/.



Epígrafe

Em vários países, a eficácia das leis que tornam o voto obrigatório não parece depender da aplicação da lei nem das penalidades impostas. Isto indica que a lei por ela mesma incita os eleitores a conformar-se, talvez porque a lei estabelece normas sociais de voto que são endossadas informalmente pela sociedade sem que o governo tenha de intervir. Não se deve contudo tomar esta situação por definitiva. O respeito da lei, e por conseguinte a sua aplicação, podem variar conforme o país. A taxa de participação não aumentará necessariamente na seqüência da adoção de uma lei que torne o voto obrigatório. É necessário reforçá-lo. Se as condições que permitem à lei dar forma ao comportamento em virtude da sua autoridade normativa não existem, o sucesso do voto obrigatório descansa sobre a aplicação da lei. O Estado deve evidentemente demonstrar um mínimo de capacidades administrativas. É necessário incorrer custos que, todos ou em parte, podem ser recuperados pela mediação de multas. Quase todos os países que fazem respeitar as leis onde o voto é obrigatório impõem multas. Alguns embarçam publicamente os eleitores que não votam ou vão até recusar-lhes os serviços e os benefícios governamentais. Embora pareça haver boas razões práticas e filosóficas para adotar o voto obrigatório, existem razões importantes para ao mesmo se opor em princípio. A razão mais invocada para opôr-se ao que constitui a norma é que os cidadãos devem ter não somente o direito de voto, mas o de escolher ao mesmo se abster. Certos cidadãos recusam tomar parte à eleição por princípio, afirmam que o voto obrigatório se intromete nas suas liberdades fundamentais, enquanto que outros se abstêm de votar por apatia. A Austrália invocou que o voto obrigatório libera os partidos políticos da sua responsabilidade de fazer campanha, de motivar o eleitorado e transportar os eleitores* .

* Ver Projet ACE (Red de conocimientos electorales ACE)
<http://www.aceproject.org/main/francais/es/esc07a.htm>



Ementa :

O sufrágio universal na democracia
não é obtido pela obediência (ao voto obrigatório), e seu princípio deve ser
compreendido como funcionalidade de política pública.
(homenagem a "A Mentira na Política", de Hannah Arendt).



/Primeira Parte/

(1) - No regime de voto obrigatório há redução do princípio de soberania à obediência burocrática a respeito da ordem constitucional interpretada, ou obediência a respeito dos dispositivos regulamentados (não estabelecidos no texto da Constituição). Permanece no esquecimento que a qualidade universal do sufrágio não resulta simplesmente do comparecimento massivo do grande número em razão da autoridade burocrática, sem motivação política real e em detrimento da prática da liberdade política coletiva, cujo exercício em ato é requerido no regime do **voto voluntário ou facultativo**, o qual, este sim inclui a motivação política imprescindível à obtenção da universalidade do sufrágio (*). / ***/.

(2) - A **falsa aparência**¹ favorecida com a suposta universalidade do sufrágio neste regime de voto obrigatório reside em que a cidadania posta sob *tutela* guarda uma função do poder moderador herdada da Monarquia brasileira e desenvolvida em detrimento da verdadeira função de intermediação e reconhecimento da cidadania plena, isto é, em detrimento precisamente do sufrágio universal. Faz-se então sobressair a imagem hobbeseana da ordem já que o voto obrigatório se estabelece por coerção/conflito. Tem lugar um regime no qual prepondera o costume da *barganha* compreendido na *imagem do homem lobo do homem* e na crença de que o mais forte impõe a sua ordem tida como arbitrada pelo voto obriga-

(*) Do ponto de vista sociológico sobre um regime de voto tão diferenciado como este que contemplamos, a qualidade da motivação política reside unicamente na **desobrigação** do comparecimento ou simplesmente não acontece. A democratização da administração pública **ainda não chegou ao voto**.

¹ *Falsa aparência e ficção* são termos correlatos. Por sua vez, a aparência como aspecto da realidade é qualidade na **observação direta** das significações práticas que diferenciam os agrupamentos sociais particulares em suas obras a realizar. Ver o artigo de Georges Gurvitch sobre os agrupamentos particulares e classes sociais no “**Tra-tado de Sociologia vol.I**”, Porto, Iniciativas Editoriais, 1964, 2ªedição corrigida (1ªedição em Francês: Paris, PUF, 1957).



tório. Deste fato se constata que a **tutela** pelos aparelhos administrativos sobre o ato de votar restringe a liberdade política pública na medida em que esta pressupõe a realização das obras de civilização (Conhecimento, Moral, Educação, Direito, Arte), reduzindo-se em decorrência dessa tutela especial a possibilidade de aceder à desejável cidadania plena, como formação política pública onde as disputas de interesses ou as lutas pelo poder se subordinam às plataformas de conjunto da sociedade Vale dizer, na cidadania plena como regime de voto pelo *comparecimento desobrigado*, a tendência política pública que surge desse voto delimita o campo das barganhas e torna superada a crença na ordem do mais forte. Neste sentido, o voto obrigatório praticado em cidadania tutelada mostra-se prejudicial à Democracia porque desfavorece a ultrapassagem da situação em que *o homem é o lobo do homem*, nada acrescentando para que as funções sociais prevaleçam. / ***/.

(3) - Análise da obediência ao "voto obrigatório" /.

(3.1) - Queira-se ou não alguma coisa há que "**ne marche pas**" nas relações institucionais lá onde é admitido que os instrumentos burocráticos possam forçar alguém à liberdade política. O menos que se pode notar a respeito disso é a ficção como expressão da aludida falsa aparência no voto obrigatório (*). Com efeito, no regime de cidadania tutelada, ao ser obrigatório o voto não é produzido e a presença do eleitor no ato não releva de motivação política, mas da imposição burocrática. Situação de dependência essa reforçada pela constatação de que, além das multas, se estabeleceram sanções administrativas sobre as prerrogativas de nacionalidade (questionáveis em seus fundamentos) para punir a pessoa do eleitor desobediente ou que supostamente se recusa a comparecer nos locais de votação. Bem entendido: o eleitor que não comparece por qualquer motivo comum está previamente enquadrado num ato insurgente e passa a ser tratado como tendo se recu-

(*) Entendemos aqui a ficção no sentido da sociologia da arte e da literatura como forma de expressão narrativa, oral ou escrita, criada sobre a falsa aparência das coisas e situações, mas dotada de semelhança da verdade, de tal sorte que no romance como gênero literário (Balzac, Flaubert, Thomas Mann, por exemplo) o romancista não diz mentira quando inventa a fantasia poética, mas na política a ficção é desconhecimento da realidade. Ver o artigo "*Sociologia da Literatura*", in Gurvitch, Georges e al.: "*Tratado de Sociologia vol. I*"; op.cit.



sado a obedecer à disposição burocrática e, à revelia, já sofre sanções administrativas de tal forma que a ausência deste eleitor comum por motivos ordinários passa a ser uma ausência produzida, uma ausência crítica, uma contradição do sistema burocrático posta pelo próprio sistema. / *** (3.2) - Deste **quiproquo** no ato eleitoral sob cidadania tutelada se configura de modo inevitável o quadro da **desobediência civil** como contestação a uma lei iníqua. Quadro inevitável este porque a consciência da iniquidade contestada não releva de uma atitude contestatória espontânea ou voluntariamente diferenciada, mas, antes, é a consciência sublimada (silenciosa) na conduta interessada na manutenção do sistema burocrático (o **stablishment**) e objetivada (exteriorizada) nos seus interditos, aquela conduta verificada lá onde a obrigatoriedade imposta deixa ver sua justificativa ideológica (populista) sob a representação de um “mal necessário”. / *** (3.3) - Temos então que por meio dessa **desobediência civil** funcional vem a ser confirmado o paradoxo de que somente o eleitor faltoso no regime de voto obrigatório - e por eficácia do fato desta ausência - adquire compulsoriamente o carácter político democrático e, igualmente por eficácia deste fato da ausência estigmatizada nas punições previstas, lhe vêm a ser imputados motivos políticos quer o eleitor faltoso os represente ou não. / *** (3.4) - Moral da história: não se sabe ou não se vê de onde procede a motivação política no regime eleitoral do voto obrigatório já que não é verificada no ato de votar. Desprovida de motivação política a eleição sob voto obrigatório é a configuração do imaginário discursivo da cidadania tutelada: é mais um fenómeno cultural (“*país do carnaval*”) do que fenómeno político. Imagina-se que se está fazendo política democrática nas campanhas eleitorais ao passo que se participa de um sarau à fantasia com fundo burocrático e coercitivo: é o “*Rock’n’roll*” dos aparelhos administrativos com a indústria cultural (notadamente a Mídia) e a cultura de massa (imagens do chefe ou do líder).



/Segunda Parte/

Neste ponto podemos aprofundar e pôr em relevo a configuração particular da norma social que reforça e garante o voto obrigatório no Brasil. Inicialmente constatamos que a extensão da cultura de massa alcança somente o estado mental da norma social de reforço imprimindo a motivação somente psicológica para o conformismo na situação de imposição burocrática, motivação resultante da pressão do conjunto na qual o indivíduo aceita seu comparecimento em face de que “*todo o mundo vai votar*”. Portanto, a extensão da cultura de massa explica tão só as manifestações das correntes de eleitores em direção ao comparecimento massivo nos locais de votação, mas não esclarece nem de longe a vigência do voto obrigatório. Ora, acontece que, por definição a norma social de reforço ultrapassa o elemento sociológico de pressão da massa sobre os indivíduos. O estatuto normativo significa a afirmação de valores coletivos não reconhecidos no elemento constringente do grande número, ainda que a pressão seja potencializada pela Mídia. Quer dizer é preciso que a norma social de reforço configure os valores previamente aceites cuja afirmação se observa justamente na vigência e na eficácia do regime do voto obrigatório, em sua não-transformação para o voto voluntário. Há, pois, uma moralidade social particular no conformismo em face do voto obrigatório no Brasil cuja configuração em atitude deve ser explicitada para atender ao interesse literário no fenômeno cultural da cidadania posta sob tutela, não do ponto de vista da célebre “*Teoria das Idéias fora de Lugar*”, mas sim para chegar à descoberta do que impera em realidade nesse **conformismo**.

Com efeito, na *Primeira Parte* deste artigo está posto em relevo o legado da Monarquia brasileira do século XIX como referência compreensiva fundamental à norma social da cidadania posta sob tutela no regime do voto obrigatório. Cabe agora insistir em distinguir por um



lado, o sistema dos aparelhos administrativos como dando conta inclusive do fato de que o regime monárquico criou e consolidou a autoridade burocrática (cujo modelo encontramos na mencionada teoria da coerção/conflito dos grupos de interesse) ainda que a concentração burocrática seja obra do Século XX. Da mesma maneira, há que distinguir, por outro lado, o mencionado conformismo em face da imposição burocrática levando à aceitação e mais do que isso à prática do voto obrigatório como se fosse uma paradoxal preferência coletiva. Quer dizer, o conformismo de que falamos pode ser tudo menos mera decorrência da implantação de um sistema específico dos aparelhos administrativos com instância para controlar a prática do voto obrigatório como conduta de norma social: este sistema não produz o conformismo, mas o pressupõe. Aliás, trata-se de um sistema bem diferenciado pelo estabelecimento da instância controladora como assimilando nela mesma, de modo surpreendente, certas atribuições próprias à *Divisão de Poderes*, sendo justamente esta especificidade que demanda e justifica uma análise sociológica exclusiva desse regime do voto obrigatório tomado em “*separata*” dos demais componentes do sistema político democrático.

No regime do voto obrigatório se trata de um conformismo “*à outrance*”, esdrúxulo, bem distinto daquele conformismo já visto nos comportamentos habituais ou apáticos, relegados à inércia diante do *statu quo*. No conformismo para com a imposição do voto obrigatório a passividade não equivale à abstenção, não é ausência. Neste caso a indiferença típica de todo o conformismo para com a ordem imposta exige um ato, exige o comparecimento do indivíduo ao ato de votar. Desta forma, o conformismo para com o voto obrigatório revela-se obediência social, obediência no sentido de atendimento à ordem eleitoral como exigência difusa não de uma vontade, mas sim a exigência em si mesma como valor superior, portanto compreendendo uma atitude moral do tipo juramento (*). Tal é a

(*) Sobre a procedência sociológica da noção de *obediência social* como levando ao *juramento*, Georges GURVITCH observa que há na sociologia de Jean Paul SARTRE exposta na sua obra “*La Critique de la Razon Dialectique*” (ver *Tome I: Théorie Des Ensembles Pratiques*, précédé de *Questions de Méthode*, Paris, Gallimard, 1960, 756 pp.) um esforço desesperado para chegar aos Nós sob o aspecto da comunidade. Isso é notado na sociologia sartreana dos grupos, já que o grupo, nessa visão, não pode ser tornado inteligível sem a dialética sartreana entre “projeto, **juramento**, invenção, medo”, que é tida como a fonte da “dimensão da comunidade” e, mais exatamente, a fonte do que SARTRE chama “*praxis comum*”, que é ao mesmo tempo uma



configuração da norma social de reforço que garante a vigência e a eficácia do regime do voto obrigatório, sua não-transformação para o voto voluntário. Tal é o conformismo por obediência social que constitui a cidadania tutelada, dependente. Ou seja, no ato de votar, lembrando os grupos estamentais ou estamentos estudados nas sociedades feudais e encontrados nas sociedades tradicionais, o eleitor faz por sua vez um voto de obediência no sentido dos votos monásticos só que, num espantoso círculo vicioso jura obedecer ao próprio voto obrigatório que está a praticar. Daí ser inevitável a inferência conclusiva de que, na configuração da norma social de reforço ao voto obrigatório como elemento da atitude do conformismo por obediência social afirma-se a nostalgia do regime monárquico como sentimento de carência coletiva (estado da consciência coletiva como realidade social), dado que fora no regime monárquico que a obediência e o juramento constituíram o princípio de autoridade do regime. Evidentemente, nessa nostalgia se descobre um conteúdo não-reconhecido nem mesmo implicitamente, no sentido de que ninguém, instância alguma projeta sua existência como tal. Nada obstante é um sentimento real efetivo no conformismo por obediência social que acabamos de descrever já que d'outro modo não se poderia cogitar nem falar de norma social de reforço ao voto obrigatório, a qual por definição exige para mostrar-se em vigência um valor imperativo coletivo vivido ou apreendido em modo concreto. Valor aceite este que em hipótese alguma pudera ser confundido aos discursos de representação de interesses, cujo estatuto não-político sob o regime de voto obrigatório os reduz a meras razões administrativas; nem muito menos esse valor coletivo pudera ser associado ao desprovido verbalismo sobre a suposta mas em fato negada responsabilidade do eleitor, verbalismo este que já o dissemos nada mais faz do que acenar a pressão psicológica do grande número sobre o indivíduo que, para não destoar comparece por força do *“todo o mundo vai votar”*. Além disso, é a inexistência de uma atitude de negação em segundo grau que se trata de explicar, sendo exigido resposta à indagação do por que a recusa em face

ligação de *“reciprocidade ambivalente”* (cf. Gurvitch, Georges: *“Dialectique et Sociologie”*, Paris, Flammarion, 1962, 312 pp., col. Science, págs. 215 sq.).



do voto obrigatório resta não-manifesta, resta virtual, com o eleitor descaracterizando qualquer tendência política pública pela ampla disparidade das suas escolhas. Questão tanto mais procedente quanto a obrigatoriedade do voto nos sistemas institucionais democráticos, vista no paradoxo que a constitui, permanece uma obrigatoriedade que por sua vez é negação em primeiro grau, revelando-se uma imposição que nega em fato o reconhecimento da capacidade política do eleitor.

Seja como for é inegável que, em maneira positiva ou negativa as relações institucionais produzem fatos sociais, no caso as intensas variações nas preferências do eleitor, a ampla disparidade das suas escolhas desfigurando qualquer tendência política pública. À luz deste indicador confirma-se o estatuto sociológico da nostalgia do regime monárquico como carência coletiva personalizada na presença do eleitor. Posto que a legislação é incapaz de forçar alguém a ser livre, mas somente defende e garante a liberdade, temos em definitivo que o valor obedecido no voto obrigatório não é a lei. Somente a experiência do respeito à imagem sagrada ou consagrada do Imperador na Monarquia brasileira como exigência objetivada na Tradição pudera explicar a persistência da norma social, garantindo o reforço e viabilizando a obediência ao voto obrigatório num sistema de instituições democráticas e transparentes em flagrante contradição com o princípio do sufrágio universal.



/Terceira Parte/

(Conclusão)

A estas alturas já deixamos claro que, embora o vejamos no âmbito de um regime eleitoral complexo e diferenciado não contemplamos neste estudo o Eleitor como simples função de um sistema jurídico-político tendo sua figura limitada a um contrato de representação. A ocorrência de um regime do voto obrigatório torna pré-judicado este sistema representacional e como vimos torna inócua a abordagem mais funcionalista, ao passo que favorece e exige o estudo descritivo do tipo sociológico do eleitorado como matriz, estudo este imprescindível para compreender a capacidade de produzir tendência política pública como escala de valores, critérios e estilo nas relações com as instâncias constituídas.

Vale dizer, na mirada da sociologia em profundidade o Eleitor moderno surge com as Cidades livres (Século XIV) levando à Renascença. Nele tem expressão a liberdade política ultrapassando a estrutura feudal, ou melhor: o Eleitor é a liberdade política em ato, é o sujeito in-surgente lá onde a obrigação de ceder bens em obediência deixa de valer; é o liberto da obrigação em obediência. Originariamente o Eleitor não é um papel social ainda que possa constituí-lo quando em associações voluntárias com funções de formação de opinião e defesa dos interesses dos cidadãos perante as instâncias constituídas. Visto em profundidade o aspecto funcional no estudo sociológico do universo simbólico-social do Eleitor é antes uma decorrência do que pressuposição, já que se trata de uma função que emana do ato eleitoral como a capacidade de produzir tendência política pública, uma função de liberdade, em perspectiva. Portanto, antes de qualquer coisa impõe-se a reflexão sobre a configuração do Nós do Eleitor no ato de votar, sua realidade em ato. Quer dizer, se no regime do voto obrigatório o Nós do Eleitor é atualizado como vimos em uma comunidade de ordem estamentaria, centrada no juramento, pergunta-se agora qual será a



manifestação particular da configuração do Nós específico do Eleitor sob regime de voto facultativo ou voluntário correspondendo à desobrigação?

Neste sentido, o Nós do Eleitor como subjetividade coletiva complexa, microssociológica, poderá ser buscado na base dessa capacidade espontânea para produzir tendência política pública, o que exclui a comunidade de ordem estamentária na qual essa capacidade faz falta ou só existe por falta, é carência. Portanto, o eleitor-pleno não deve obediência alguma, mas tampouco configura a irresponsabilidade que se julga pertencer ao soberano, como no *hegelianismo*. Desta sorte a questão sobre o comparecimento nos locais de votação se coloca de novo em nova maneira. Vale dizer é no comparecimento que o Nós do Eleitor-pleno se configura em realidade social efetiva, podendo ser observado na mirada da sociologia no instante do ato eleitoral a partir dos aglomerados de votantes formados nesses locais de votação, como uma corrente continua em vaim, um fluxo mais do que um agrupamento que se diferencia. Da mesma maneira, aquela capacidade espontânea para produzir tendência política pública significa não somente a motivação política como corrente coletiva para o comparecimento voluntário, mas a afirmação da desobrigação como qualidade do ato eleitoral e do voto não-obrigatório, facultativo. É o liberto, o eleitor-pleno como sujeito desobrigado afirmando a liberdade para a liberdade: afirmando a liberdade no comparecimento voluntário como votante, para a liberdade no produzir espontâneo da tendência política pública. Desta forma, e no sentido dessa liberdade reconhecendo-se como liberdade elevada ao segundo grau, poderíamos dizer que o Nós do Eleitor-pleno afirmado no instante do ato eleitoral como a comunidade dos votantes propriamente políticos enseja a configuração particular de uma comunidade de ordem libertária, por contraposição à ordem estamentária onde o ascendente moral da obediência no voto obrigatório prevalece inviabilizando a afirmação em liberdade dos votantes políticos (por definição alheios a qualquer obediência). Finalmente, há pois ao menos uma liberdade-decisão e uma liberdade-escolha combinando-se na comunidade dos votantes políticos. Liberdade-decisão porque, ultrapassando todo o arbítrio subjetivo (somente psicológi-



co) e as veleidades em optar entre alternativas prévias que se excluem - os votantes políticos aparecem unicamente à medida que a alternativa entre comparecer e não-comparecer deixou de ter lugar - o comparecimento voluntário é posto pelo sujeito liberto para si próprio como oportunidade de ação (implicando aspiração). Liberdade-escolha porque, no instante do ato, o voto facultativo consiste na afirmação das preferências desejadas dos votantes políticos em face de alternativas variadas (partidos, candidatos, chapas, propostas) postas para eles como expectativas, já que o votante político realiza no voto o ato eleitoral à medida que escolheu como desígnio um destinatário dentre os outros elegíveis.



2006©Jacob (J.) Lumier

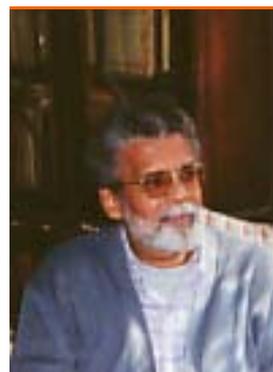


Comunicação Social e Sociologia do Conhecimento: Artigos.

Jacob (J.) Lumier

SOBRE O AUTOR

Membro da Lista de distribuição da Internet Society-ISOC
Membro do Fórum Social Mundial-FSM (2006 e 2007)
Autor publicado na Organización de Estados Iberoamericanos para
la educación, la ciencia
y la cultura-O.E.I.



Mensagem

Ensaísta incorrigível ao modo do ideal experimental com que se diferencia o homem de idéia, J. Lumier é um autor com experiência internacional, mas sem *parti pris* cuja satisfação é a descoberta dos conteúdos intelectuais pela leitura e na leitura. Há quem veja nisso uma atitude obsessiva em intenção do outro e dos pósteros. Melhor para seus leitores que podem sempre se reconhecer contemplados em seus textos. Não será, portanto à toa haver intitulado sua *Web "Leituras do Século XX"* ludibriando os que tiveram imaginado nesta fórmula a coloração gris de um Outono nostálgico. Longe disso. Longe a cogitação de um eterno Século XX que se impostaria no título à pegada do termo "*Leituras*". Pelo contrário. São as leituras literárias que imperam; é o trabalho da obra intelectual emergindo em atualizações recorrentes no ato de ler e escrever que prevalece. E ninguém pode negar o ápice literário e científico da produção intelectual do século XX. Na *Home Page* <www.leiturasjлумierautor.pro.br> a imagem do ideal das "*Leituras*" nos é oferecida na seguinte formulação: "*a PRODUÇÃO LEITURAS DO SÉCULO XX - PLS é vocacionada para avançar na reflexão de uma situação de fatos com grande impacto no século XX, já assinalada no âmbito da sociologia por Georges GURVITCH, a saber: a situação de que, sob a influência do impressionante desenvolvimento das técnicas de comunicação, "passamos, num abrir e fechar de olhos, pelos diferentes tempos e escalas de tempos inerentes às civilizações, nações, tipos de sociedades e grupos variados". "A unidade do tempo revelou-se ser uma*



Websitio Produção Leituras do Século XX – PLSV

<http://www.leiturasjлумierautor.pro.br>

miragem", como nos mostraram, simultaneamente, a filosofia (BERGSON) e a ciência (EINSTEIN). Ficou claro que "a unificação dos tempos divergentes em conjuntos de tempos hierarquizados", sem o que é impossível nossa vida pessoal, a vida das sociedades e nossa orientação no mundo, não é uma unidade que nos é dada, mas uma "unificação a adquirir pelo esforço humano, onde entra a luta para dominar o tempo", dirigi-lo em certa forma". Sem dúvida, se nos mantivermos em atenção, cultivando a mirada aberta à influência da expressão e dos conteúdos intelectuais iremos com certeza desfrutar da reflexão acima assinalada e descobriremos a coerência da complexa matéria tratada em disciplina científica por Jacob (J.) Lumier em seus **E-books e artigos**. Com efeito, para o nosso autor a monografia é trabalho científico à medida em que compreende descoberta e verificação/justificação, mas é igualmente forma racional de comunicação comportando, por isso, por esse **enlace de experimentação e comunicação**, uma diferença específica apreendida como **arte de compor** a que se ligam as profundas implicações para a difusão do conhecimento decorrentes da condição de publicidade do trabalho científico. No dizer de J. Lumier "(...) grande parte dos mal-entendidos a respeito de certas obras ou teorias científicas tem muito a ver com o fato de sua exposição a todos os tipos de públicos, muitas vezes composto não só de leigos, mas de gente alheia à formação nas ciências humanas. Se a condição de publicidade é inerente ou não ao modo de produção científico ou se deve ou não ser restringida aos estudiosos é uma questão que extrapola o domínio do pensamento científico para lançar-se no âmbito da comunicação social, já que a obra impressa ou, depois do advento da Internet, a obra ou livro eletrônico, "e-book", é um produto cultural do qual a atividade científica não saberia distanciar-se". Portanto, nos escritos de Jacob (J.) Lumier não se trata somente das variações compreendendo o **tema** das simbolizações e a autonomia relativa do conhecimento, mas se fosse perguntado, o leitor atento diria que a palavra chave aproximando seus ensaios é "**Gestalt**", uma das noções fundamentais em matéria de ciências humanas. Neste sentido, os escritos sociológicos de Jacob (J.) Lumier são de interesse básico e prestantes à formação.

Dados do Autor

Professor do ensino superior, o autor é *Titulaire d'une licence de l'Université de Paris VIII - Vincennes, section Philosophie*. Durante o prolongamento dos anos sessenta frequentou a *antiga EPHE-VI^{ème} Section (Sorbonne)*. É sociólogo profissional e exerceu a docência, lecionando Sociologia e Metodologia Científica junto à universidade privada e junto à universidade pública. Exerceu também as atividades de pesquisador com o amparo de fundação científica.

É o autor dos e-books monográficos e dos artigos sociológicos apresentados como produtos culturais e literatura digital no referido website <www.leiturasjлумierautor.pro.br> de cujo domínio é o titular. Sendo membro individual da lista de correio eletrônico da Internet Society-ISOC, realiza desde os anos noventa uma atividade intelectual e literária no âmbito da ciência e tecnologia que promove a auto-aprendizagem, favorece a educação a distância (EAD) e é voltada para a formação nas ciências humanas, passando pela criação e coordenação do **Grupo Oficina da Monografia** (cf. <<http://groups.go-ogle.com/group/Oficina-da-Monografia?lnk=gschg&hl=en>> com aproveitamento de outros recursos Internet ademais do e-mail, tais como o Blog e o Messenger).

Sobre a firma individual de minha iniciativa a partir de meu domínio Internet:

2006  © Jacob (J.) Lumier - Website Produção leituras do século XX - PLSV: Literatura Digital
<http://www.leiturasjлумierautor.pro.br>

A idéia de redirecionar meus estudos acadêmicos de sociologia mediante a produção de um e-book universitário em vista de contribuir para a reflexão da sociedade de informação, me aflorou ao pensamento no âmbito de minha participação como membro individual da Internet Society-ISOC. Como se sabe ISOC é a única ONG dedicada exclusivamente ao desenvolvimento mundial da Internet na qual se pode propor e promover posturas para revalorizar os direitos de autor e combater a exclusão digital ^(a). Inspirado no direito internacional de autor ⁽⁴⁾ e no

^(a) La Sociedad Internet (Internet Society, ISOC) es una asociación no gubernamental y sin fines de lucro, la cual está financiada por sus miembros. ISOC es la única organización dedicada exclusivamente al desarrollo mundial de Internet, con



conceito legal de que “publicação” é o oferecimento da obra literária ao conhecimento do público, com o consentimento do autor, por qualquer forma ou processo, inclusive por Internet, aderi ao princípio de que, no tocante à oferta e distribuição do e-book, uma produção em Internet permite ao usuário a nova liberdade de realizar a seleção da obra para percebê-la em um tempo e lugar previamente determinado. Minha posição era, então, há um ano, engajar uma produção dos meus ensaios monográficos capaz de projetar um modelo de e-book com enlaces (hyperlink) no próprio doc.Word para facilitar a pesquisa no texto, ao qual chamei “e-book universitário”, tendo em conta sua destinação ao público das universidades e seu valor como bibliografia específica, interessando aos programas e cursos de graduação e pós-graduação. Tal é o ponto de vista da iniciativa que desenvolvo sob a firma “JACOB (J.) LUMIER WEBSITE PRODUÇÃO LEITURAS DO SÉCULO XX - PLSV: LITERATURA DIGITAL”, resumida sob a fórmula <www.leiturasjлумierautor. pro.br: literatura digital>.

Note-se que deste ponto de vista, a Internet é utilizada como circulação de idéias e comunicação por e-mail. Com efeito, segundo o “*Dictionnaire du NEF*” - www.etudes-francaises.net/dico/ - “*la littérature numérique est apparue avec le développement de l’internet, du web et des Technologies numériques. La littérature numérique regroupe divers genres: site d’écriture hypermédia, roman multimédia, hyper-roman, nouvelle hypertexte, feuilleton hypermédia, et, notamment, le mail-roman, etc*”; “*Le mail-roman est créé au fur et à mesure par l’auteur et envoyé par courrier électronique à une liste de diffusion selon une périodicité déterminée. L’auteur peut prendre en compte les réactions et suggestions des lecteurs pour écrire la suite de l’histoire*”. “*A la fin des années 1990, les technologies numériques nous ont donné l’e-book (livre numérisé), qui comporte lui-même plusieurs variantes, comme l’e-book audio, l’e-book braille ou l’e-book hypermédia*”. “*L’e-book est appelé aussi, de manière plus littéraire, livre numérique ou livre électronique. Le livre étant à l’origine un ensemble de feuilles imprimées, coupler “livre” avec “numérique” et “électronique” peut relever de l’hérésie si on s’en tient au livre en tant que support. Ceci reste néanmoins tout à fait acceptable si on considère le livre dans sa dimension éditoriale*”.

Posto que meu **projeto** dirige-se ao público universitário em sentido amplo, como já disse, afirmou-se a exigência de que a produção cultural visada devia proporcionar não só a circulação de idéias e a comunicação por e-mail, mas formação nas ciências humanas e divulgação dos escritos digitais nessa área. Todavia, a produção do e-book universitário ou **e-book monográfico** deve operar, por um lado, conhecimentos reconhecidos em classificação internacional (a) - sobre a gestão de arquivos individuais de computador para negócios sobre os direitos do autor/escritor/produtor; compreendendo, notadamente, os arquivos digitais de obras intelectuais e literárias para a formação na auto-aprendizagem (portanto, com interesse para a educação a distância, “EAD”), e (b) - sobre os negócios de anúncios centrados na oferta do livro eletrônico. Por outro lado, é preciso dispor de conhecimentos referentes à concepção e à montagem/automatização de um website configurando: (a) um esquema operativo na Internet para a valorização econômica, a promoção e o recebimento diretamente pelo autor, dos seus direitos autorais sobre os arquivos de folhas editadas de texto das suas obras intelectuais, através de e-mail exclusivo do autor; (b) - compreendendo registro, transcrição, composição, compilação ou a sistematização de comunicações escritas e de registros. Por último, a integração da produção do e-book universitário comporta um nível de produto cultural propriamente dito, devendo atender a certas qualidades apreendidas na leitura do *livro sem volume*, isto é,

la tarea específica de concentrar sus esfuerzos y acciones en asuntos particulares sobre Internet; fundada en 1991 por una gran parte de los "arquitectos" pioneros encargados de su diseño, la ISOC tiene como objetivo principal ser un centro de cooperación y coordinación global para el desarrollo de protocolos y estándares compatibles para Internet. La ausencia natural de fronteras nacionales en Internet requiere una perspectiva global para el desarrollo de políticas públicas. Internet constituye un medio excepcional, debido a que toda información que se publica en la red, instantáneamente es accesible en todo el mundo, desde cualquier parte y su impacto se percibe globalmente. A través de sus miembros individuales e institucionales, así como de los Capítulos Regionales filiales ubicados en 160 países, la Sociedad Internet mantiene una posición de liderazgo que le permite cumplir con uno de sus principales objetivos: asesorar a gobiernos, empresas privadas, asociaciones civiles y particulares sobre los diversos impactos de Internet en la sociedad, sean éstos en los ámbitos políticos, económicos, sociales y éticos. De manera democrática y con la aprobación de sus miembros, la Sociedad Internet desarrolla, propone y promueve posturas y tendencias relacionadas con asuntos de especial interés para la comunidad global de Internet como son la privacidad, seguridad, internacionalización de nombres de dominio e IPV6, además de áreas como impuestos, gobernabilidad, marginación digital, propiedad intelectual y derechos de autor. Ver: <<http://www.isoc.org>>. ver también a revista eletrônica “*Sociétés de l’information*” em <<http://www.societesdelinformation.net>>.

⁴ Ver Convenção Universal sobre Direito de Autor revista em Paris a 24 de Julho de 1971.

http://portal.unesco.org/culture/es/ev.php-URL_ID=7816&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html



na leitura do texto digital, qualidades essas que se combinam ao trabalho científico, imprimindo uma configuração peculiar, personalizada e interativa à comunicação intelectual como *virtualidade real* (para usar um conceito descoberto por Manuel CASTELLS). Vale dizer, a produção do e-book universitário como um arquivo digital interligado na Internet, igualmente a esta última, deve dar lugar a um campo interativo para o leitor pesquisar. A construção da imagem do e-book universitário em um modelo se faz, finalmente, como projeção dessa característica de campo hyperlink, de tal sorte que não somente a verificação da integridade do texto original do autor se torna viável com as obras sendo formatadas em títulos numerados, mas o conteúdo é mais bem manuseado e melhor aproveitado com a utilização de hyperlink, sendo o sumário, as notas complementares, os índices remissivo e analítico, todos, eletronicamente operacionalizados.

Para concluir, note-se minha orientação como autor, seguinte: as minhas obras eletrônicas, digitadas em arquivos do Windows com aproveitamento dos docs. Word para comunicação precipuamente através de e-mail, são originais, inteiramente inéditas, observam os padrões acadêmicos e aplicam o modelo das monografias: a) abordam problemas de uma só disciplina universitária ou tratam da obra de um pensador; b) apóiam-se em fontes teóricas e metodológicas específicas; c) apresentam notas complementares e bibliografia comentada; d) utilizam as normas técnicas recomendadas. Vale dizer, elaboro minhas obras intelectuais orientado pela compreensão de que um ensaio se diferencia de um tratado nos seguintes termos: - "Escribe ensayísticamente el que compone experimentando, el que vuelve y revuelve, interroga, palpa, examina, atraviesa su objeto con la reflexión, el que parte hacia él desde diversas vertientes y reúne en su mirada espiritual todo lo que ve y da palabra todo lo que el objeto permite ver bajo las condiciones aceptadas y puestas al escribir." (...) "El ensayo es la forma de la categoría crítica de nuestro espíritu. Pues el que critica tiene necesariamente que experimentar, tiene que establecer condiciones bajo las cuales se hace de nuevo visible un objeto en forma diversa que en un autor dado; y, ante todo, hay que poner a prueba, ensayar la ilusoriedad y caducidad del objeto; éste es precisamente el sentido de la ligera variación a que el crítico somete el objeto criticado"^(c). Em duas palavras, o autor de ensaios dedica-se a cultivar, sobretudo uma atitude experimental.

Outubro 2006
Jacob (J.) Lumier

^c (Cf. Max Bense: "Über den Essay und seine Prosa", apud Theodor W. Adorno: "Notas de Literatura", trad. Manuel Sacristán, Barcelona, Ed. Ariel, 1962, pp. 28 e 30).



Relação dos e-books e Artigos oferecidos no meu
Websitio Produção Leituras do Século
XX - PLSV.(em construção).

RELAÇÃO DOS ARTIGOS

ARTIGO 1

(colaboração editorial):

Em duas apresentações, seguintes:

- (a) - Em doc. WORD, com índices eletrônicos; (b) – em PDF.

Texto do artigo de cultura de Jacob (J.) Lumier intitulado:

“DEMOCRACIA E SOBERANIA SOCIAL: REFLEXÃO A PARTIR DA DECLARAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS”,

30 pp., datado em 30 de março de 1992, ora apresentado neste website com algumas correções e precisões indispensáveis, mas sem alteração, embora o autor já disponha de nova expressão melhor elaborada nos seus ensaios, no âmbito dos quais o texto em pauta deve ser lido.

Na composição original aqui respeitada, este artigo foi acrescido da “Declaração Dos Direitos Sociais” divulgada em Nova York, em 1944, que se encontrará no final do texto deste Artigo 01.

ARTIGO 2

(Publicado):

Em PDF

Texto de Jacob (J.) Lumier intitulado:
“TÓPICOS PARA UMA REFLEXÃO SOBRE

A TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL”

(relações entre tecnologias da informação e sociedades),

20 pp., 09/01/2006, publicação electrónica do Programa "sala de lectura cts+i; sección sociedad de la información", *Organización de Estados Iberoamericanos para la educación, la ciencia y la cultura-O.E.I.* <<http://www.campus-oei.org/salactsi/>>,

Ver também o *Boletín 47* da OEI <<http://www.oei.es/ctsi47.htm>>

ARTIGO 3

(Texto):

Em DOC/WORD e em PDF com a Formulação em vigor do texto de embasamento da Oficina da Monografia - grupo tipo fórum na internet, atualmente promovido por J.Lumier no site da Google-groups. Título: **“A MONOGRAFIA COMO FORMA DE COMUNICAÇÃO E TRABALHO CIENTÍFICO”:** **Comentário sobre a especificidade da arte de compor uma monografia, como forma racional de comunicação da pesquisa em disciplina científica, utilizada nas instituições do ensino superior.**

11 pp., (Primeira versão em 04.01.2006).

ARTIGO 4

(colaboração editorial):

Em DOC/WORD e em PDF com o texto da versão atual de:

“A TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO” **(relações entre as tecnologias da informação e as sociedades),**

34 p., 23 Fevereiro 2006.

(Primeiro desdobramento do Artigo 2 e ainda inédito, mas acolhido como proposta e apreciado como colaboração junto ao Conselho da Revista eletrônica TELOS).

ARTIGO 5

(Divulgação)

“E-BOOKS E ORIENTAÇÕES DE JACOB (J.) LUMIER”, PDF

Seqüências unificadas das entradas de blog do autor no MSN-spaces:

“Sobre a produção leituras do Século XX”,

Da Primeira parte à Sexta parte, Fevereiro e Maio 2006.

Reproduzido aqui como expressão das linhas da literatura digital produzida por Jacob (J.) Lumier.

RELAÇÃO DOS E-BOOKS

E-book/01/2006

<LEITURA DA TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DESDE O PONTO DE VISTA DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO: AS TECNOLOGIAS



**DA INFORMAÇÃO, AS SOCIEDADES E
A PERSPECTIVAÇÃO SOCIOLÓGICA
DO CONHECIMENTO>**,

229 págs., e-book, 2006,

Com bibliografia e índices remissivo e analítico;

Download (US\$4,50) PDF ou WORD

E-book/02/2006

**<SOCIOLOGIA E FILOSOFIA À LUZ
DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
DOIS ENSAIOS>**

190 págs., e-book, 2006, com bibliografia e índices remissivo e analítico;

1º) – Primeiro Ensaio:

<Introdução a uma Reflexão sobre a Teoria de Comunicação Social Desde o ponto de vista da Sociologia do Conhecimento:

Relações entre as tecnologias da informação e as sociedades>.

2º) - Segundo Ensaio:

<A Crítica Dualista na Leitura de Hegel: uma reflexão a partir de A.Kojévè>,

Download (US\$4,50) PDF ou WORD

OBRAS ATUALIZADAS

E-book/03/2005/2006

**<A CRÍTICA DUALISTA NA
LEITURA DE HEGEL:
UMA REFLEXÃO À PARTIR DE A.
KOJÉVÈ>**.

E-Book Universitário/Ensaio: 88 págs.,

Abril/2006; com bibliografia.

Índices remissivo e analítico.

1.Comunicação Social - Análise e Interpretação;

2.Filosofia; 3.Sociologia.

Download (US\$4,50) PDF ou WORD

E-book/04/2005/2006

**<ASPECTOS DA SOCIOLOGIA DO
CONHECIMENTO:
REFLEXÃO EM TORNO ÀS ANÁLISES
SOCIOLÓGICAS DE
GEORGES GURVITCH>**

Versão atualizada em 2006

Download (US\$4,50) PDF ou WORD

**EXTRATOS EM WORD DAS VERSÕES
ANTIGAS (2005)
DAS OBRAS ATUALIZADAS PARA
BAIXAÇÃO GRATUITA**

Para que se tenha uma idéia precisa do conteúdo e do alcance das minhas obras de 2005 em

arquivo WORD ou PDF (ambiência Windows) adquiríveis por exemplares somente através de meu e-mail, inseri no meu website <<http://www.leiturasjumierautor.pro.br>> para cada obra já concluída os seguintes itens: a) Um resumo, b) Um extrato do sumário, c) Um fragmento das seqüências iniciais, d) - Um extrato da bibliografia comentada, e) O índice de Autores e Assuntos que permite visualizar a profundidade com que desenvolvi a matéria em cada obra. Estas obras já estão atualizadas e logo se poderá proceder à baixação (download) diretamente do Website. Por enquanto se pode fazer a baixação ou o *download* gratuitamente somente das seqüências iniciais das versões de 2005.

**-Obra 01/2005: "A CRÍTICA
DUALISTA NA LEITURA DE
HEGEL: UMA REFLEXÃO A
PARTIR DE A.KOJÉVÈ.doc"**,

109 págs., e-book monográfico, (515kb.Zip), 2005, Com bibliografia e índices remissivo e analítico eletrônicos;

Saiba Mais

**-Obra 02/2005: "ASPECTOS DA
SOCIOLOGIA DO
CONHECIMENTO: REFLEXÃO EM
TORNO ÀS ANÁLISES SOCIOLÓ-
GICAS DE GEORGES
GURVITCH.doc."**,

548 págs., e-book monográfico, (897kb. Zip), 2005, com bibliografia e índices eletrônicos.

Saiba Mais

**CRITÉRIOS DE PREÇOS DAS MINHAS
OBRAS**

Minhas obras oferecidas no meu website <<http://www.leiturasjumierautor.pro.br>> logo poderão ser adquiridas por baixação (download) em Doc.WORD ou em PDF.

Estabeleci como critério os preços exercidos em bibliotecas (sistema <e-brary>) e em alguns *websites* grandes de conhecidos distribuidores editoriais que mesmo tendo em conta o tamanho do arquivo editado revalorizam os escritos de interesse acadêmico tornando-os acessíveis na faixa de **US\$4,50** (Quatro e Meio Dólares Americanos). Receberei este valor por download que poderá ser quitado também por transferências em E-Gold.



Trata-se de um valor bem reduzido cujo atendimento visa resguardar unicamente o Direito de Autor.

Meus Escritos de Sociologia - Novas Obras.

Relação dos e-books e Artigos oferecidos no
Website Produção Leituras do Século XX -

PLSV

<http://www.leiturasjlumierautor.pro.br>

NOVAS OBRAS I

(Junho 2006):

"LEITURA DA TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DESDE O PONTO DE VISTA DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO - AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO, AS SOCIEDADES E A PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA DO CONHECIMENTO".

Por

Jacob (J.) Lumier. / sociólogo.

[/http://www.leiturasjlumierautor.pro.br](http://www.leiturasjlumierautor.pro.br)

Membro da Internet Society-ISOC

Características deste produto cultural como literatura digital:

Arquivo Word/document/Parágrafos em estilo normal+times new roman 11 pts.

Com títulos negrito em nível 4,/Entre linhas simples,/Alinhamento justificado e recuos Melhor visualizado na resolução máxima do computador/(1024 por 768 pixels) e no zoom de 130% ou 150%./ Número de páginas formatadas: 229. /Número de linhas por página: 50/52

Número de palavras por página completa: 710.
/ E-BOOK UNIVERSITÁRIO

WEBSITE PRODUÇÃO LEITURAS DO SÉCULO XX-PLSV: Literatura digital

<http://www.leiturasjlumierautor.pro.br> . / Direitos Reservados

2006©Jacob (J.) Lumier . / Classificação do Ensaio:

Área de Comunicação social/ Grupo de Sociologia do Conhecimento.

Disciplinas de Interesse: Teoria Sociológica/Comunicação Social/ Metodologia Científica

Interesse específico:

Esta obra alcança os programas de pesquisa sobre os sistemas cognitivos;

Tema:

"O problema sociológico dos sistemas cognitivos".

Conteúdo:

Nesta obra se pode ver como o conhecimento em seus gêneros e suas formas é constituído em sistema cognitivo e quais foram os problemas de sociologia enfrentados para se chegar à compreensão dos sistemas cognitivos nas suas três escalas do micros social, dos grupos e classes sociais, das sociedades globais.

SUMÁRIO: / APRESENTAÇÃO... pág.: 8./

ÍNDICE DOS ASSUNTOS... pág.: 16

/PREFÁCIO... pág.: 32 . / **INTRODUÇÃO...**

pág.: 35. / **PRIMEIRA PARTE:**

ATUALIDADE DA TEORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (na trilha da cultura do compartilhamento)... pág.: 39. / **SEGUNDA**

PARTE: O PONTO DE VISTA DA

SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO (o problema do coeficiente existencial do conhecimento)... pág.: 57/

TERCEIRA PARTE: VISTA SUCINTA DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO

TÉCNICO, DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO E DO CONHECIMENTO FILOSÓFICO

CO (decompondo os sistemas cognitivos)... pág.:

81. / **QUARTA PARTE: LINHAS DE**

APROFUNDAMENTO NA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO - I: (os quadros sociais do conhecimento)... pág.: 98 / **QUINTA**

PARTE: LINHAS DE APROFUNDAMENTO NA

SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO - II: (a multiplicidade dos tempos sociais)... pág.:

137 /

SEXTA PARTE: LINHAS DE

APROFUNDAMENTO NA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO - III: (a dialética sociológica)... pág.: 163/ **BIBLIOGRAFIA...**

pág.: 178

/ANEXOS SOBRE METODOLOGIA: ANEXO - 01:

A MANIFESTAÇÃO DO PROBLEMA DA MULTIPLICIDADE DOS TEMPOS



ou: O caso do experimento de Popper e o fracasso da sua tentativa de refutar a Heisenberg... pág.: 186 / ANEXO – 02: NOTAS SOBRE A SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO E A ANÁLISE ETNOLÓGICA DAS SOCIEDADES ARCAICAS ou: a relatividade da oposição metodológica do arcaico e do histórico... pág.: 196/ ANEXO – 03: A SIMBOLIZAÇÃO DOS TEMPOS SOCIAIS COMO CRITÉRIO NA APRECIÇÃO DA SOCIOLOGIA DO REALISMO LITERÁRIO DO SÉCULO XIX... pág.:209
 ÍNDICE REMISSIVO... pág.: 220 / *SOBRE O AUTOR*... pág.: 226

PREFÁCIO

Neste ensaio discutimos, *por um lado*, a Teoria Sociológica (incluindo a microsociologia) no âmbito de sua vertente probabilística e não “causalista”. Acentuamos: (a) - o estudo das *coincidências* (sobretudo aquelas da intervenção da liberdade humana e dos determinismos nos tempos sociais) e (b) - o estudo da *variabilidade* na realidade social. Evitamos qualquer confusão com o “culturalismo abstrato” que prejudicou o alcance probabilístico da sociologia de Max WEBER. Esta orientação errática despreza as “censuras sociais” como elemento de regulamentação presente em realidade nas obras de civilização e nas estruturas. Desta sorte, o “culturalismo abstrato” atribui ao conhecimento (e a todas as obras de civilização em geral) uma independência e uma ineficácia muito maior do que elas têm efetivamente na engrenagem complexa e constrangedora da realidade social. *Por outro lado*, abordando a comunicação social com profundidade, **passamos pela crítica a suposição de uma apreensão do ciberespaço**, haja vista a carência de *extensão concreta*. Todavia, em face da crescente influência concorrente da filosofia abstrata do conhecimento alimentada pela neuropsicologia da cognição (as chamadas “ciências da cognição”), fomos motivados a desenvolver com profundidade as orientações básicas da **nova sociologia do conhecimento**. Daí a longa extensão deste ensaio, originalmente limitado ao campo da análise crítica da teoria de comunicação social, mas, posto que **nenhuma comunicação pode ter lugar sem o psiquismo coletivo**, nosso ensaio veio a ser ampliado até o estudo da **multipli-**

cidade dos tempos e da metodologia (incluindo nesta última a desdogmatização pelo estudo da dialética em ligação com a **nova sociologia do conhecimento** e os problemas da colaboração desta disciplina com a epistemologia) (2).

Com efeito, partindo do fato elementar de que *o conteúdo do saber varia em função dos quadros sociais*, o pensamento relativista sociológico argumenta contra o pré-conceito de que os juízos cognitivos devem ter validade universal: “a validade de um juízo não é nunca universal, já que se refere a um quadro de referência preciso” - cuja multiplicidade frequentemente corresponde aos *quadros sociais*, sejam estes da Massa, da Comunidade, da Comunhão, ou dos agrupamentos particulares, das classes sociais, das sociedades globais. “Se a verdade e os juízos fossem sempre universais não poderia estabelecer-se uma distinção nem entre as ciências particulares, nem entre os gêneros do conhecimento (não se poderia falar, neste último caso, de “classes do conhecimento”), notando-se que até mesmo os “filósofos mais dogmáticos distinguem dois ou três gêneros do conhecimento: o conhecimento filosófico, o conhecimento científico e o conhecimento técnico”, os quais - como classes do conhecimento - se impõem cada um como um quadro de referência, “eliminando assim o dogma da validade universal dos juízos” (GURVITCH).

Neste ensaio, ultrapassando as limitações da antiga sociologia do conhecimento promovida por Karl MANNHEIM, partimos da constatação sociológica de que cada ‘eu’ participa inevitavelmente dos conjuntos sociais mais diversos que lhe dão aos seus membros os critérios para chegar a uma integração relativa e variada das tendências contrárias ou complementares próprias de toda pessoa humana. Por esta via, destacamos dentre as orientações básicas da **nova sociologia do conhecimento** que a diferenciam de qualquer filosofia abstrata da identidade, não somente a intermediação e as distinções entre *o psiquismo e o saber*, mas, sobretudo **a imanência recíproca do individual e do coletivo**. Vale dizer, a **nova sociologia do conhecimento**, já notada na obra de C.WRIGHT MILLS, mas fundamentada, desenvolvida e promovida por Georges GURVITCH, integra a compreensão (atribuída a Max SCHELER) de que, a cada tipo de sociedade, a cada grupo, a cada ligação social, a cada era de civilização, se oferece um setor diferente do mundo infinito dos valores e do “logos”, assim como uma ordem das realida-



des com particular relevo, conduzindo à necessidade da colaboração de *todos os quadros sociais e de todos os indivíduos* para chegar a uma visão de conjuntos. Por essa via, verificam-se duas descobertas fundamentais para toda a sociologia do conhecimento: (a) - a multiplicidade dos gêneros de conhecimento e, (b) - a diferente intensidade de ligação entre esses gêneros de conhecimento e os quadros sociais. O conhecimento, tomado desde sua tendência a ser coletivo, pode definir-se como “participação de uma realidade a uma outra” sem que nesta outra se produza qualquer modificação (é o *sujeito cognoscente* que sofre alterações em virtude do conhecimento). Daí, contrariando ao mencionado Karl MANNHEIM, se chega à formulação propriamente sociológica de que: (a) - a relação entre quadro social e conhecimento não é geralmente uma ligação causal; (b) - não se pode afirmar nem que a sociologia do conhecimento institui a *realidade social* como causa e o conhecimento como efeito, nem que o conhecimento, como tal, age como causa sobre os quadros sociais. Por isso a *perspectiva sociológica do conhecimento* nada tem a ver em si própria com a afirmação de que um conhecimento é uma projeção ou um epifenômeno de um quadro social, ou ainda que é uma superestrutura ideológica. Trata-se, afinal, de verificar a coerência de um conhecimento; trata-se da procura de correlações funcionais entre os quadros sociais e o conhecimento; trata-se de um estudo explicativo que não levanta a questão do condicionamento de uns em relação ao outro, mas limita-se a verificar seu paralelismo. Sob esse paralelismo posto em destaque pelas correlações funcionais podem surgir, segundo GURVITCH, ademais da *dependência* ao mesmo *fenômeno social total*, as *relações entre o simbolizado e o simbolizante*. Quer dizer, dessa *dependência* configurando uma realidade particularmente qualitativa e contingente em mudança decorre **que a afirmação do significado em sua autonomia relativa a respeito do significante - ou do simbolizado a respeito do simbolizante - seja também a antecipação no presente de um tempo futuro, seja também “um futuro atual”**. Portanto, na **nova sociologia do conhecimento** a *subjetividade coletiva* é reconhecida do ponto de vista da metodologia como eficaz e levada em conta em nível operativo. Se o conhecimento não é separado da mitologia, podemos notar finalmente, em consequência, que, para a compreensão dos **sistemas cognitivos**, se impõe o *estudo do coeficiente existencial do conhecimento*. Por

sua vez, nesse estudo do coeficiente existencial do conhecimento – incluindo os coeficientes humanos (aspectos pragmáticos, políticos e ideológicos) e os coeficientes sociais (variações nas relações entre quadros sociais e conhecimento) -- deve-se ter em conta não somente o reconhecimento da autonomia do significado, mas deve-se acentuar igualmente a equivalência dos momentos antitéticos (anulação da oposição espiritualismo-materialismo): a realidade que a sociologia estuda é **a condição humana** considerada debaixo de uma luz particular e tornando-se objeto de um método específico.

Contrariando os que buscam o determinismo único em sociologia, na maioria das vezes atribuído às infra-estruturas, neste ensaio seguimos a orientação de G.GURVITCH (1894 – 1965) - o continuador/renovador dos trabalhos do grupo de Émile DURKHEIM e Marcel MAUSS - ao chamar a atenção para a evidência de que, sem falsear e sem desacreditar um conhecimento em sua coerência relativa não se pode afirmar que seja uma simples projeção ou um epifenômeno da realidade social. Quer dizer, antes de buscar a aplicação da causalidade, deve-se ter em conta que na sociologia do conhecimento (nova), a explicação, a formulação de enunciados determinísticos, não deve nunca na “primeira instancia” ir mais além do estabelecimento: (a) - de correlações funcionais, (b) - de regularidades tendenciais e (c) - de integração direta nos quadros sociais, *pelo que se verifica a coerência relativa de um conhecimento*. Só então, uma vez empreendida a verificação da coerência, se poderá passar à fase de refutação ou desacreditar tal conhecimento para, enfim, nessa suposição, mostrá-lo como epifenômeno determinado pelas infra-estruturas. Além disso, é preciso ter em conta que a sociologia do conhecimento (nova), ao não atribuir valor ao saber, não pode ela servir para invalidar o ‘falso saber’, isto é, invalidar a manifestação que, desde o ponto de vista de sua realidade social, parece e funciona como se fosse um fato de conhecimento sem que o seja. Cabe antes à sociologia do conhecimento renovada estudar **as variações do saber** e para isso estabelece o coeficiente social adequado ao conhecimento mediante as correlações funcionais que lhe são próprias. Pode então nossa disciplina fazer sobressair a ineficácia do “saber adequado” mediante a colocação do conhecimento em perspectiva sociológica possibilitando a constatação de perspectivas utópicas, ideológicas, mitológicas, como as



expressões de uma *consciência mais aberta às influências da ambiência social (Gestalt)* – expressões diferenciadas entre aquele “saber adequado” (mero reflexo das posições dos papéis sociais) e o seu quadro social. Para GURVITCH, se as relações de causalidade podem ser consideradas somente nos casos de ruptura entre os quadros sociais e o saber, a sociologia do conhecimento, por sua vez, é impotente para servir à desmistificação e à desalienação do saber no sentido anti-relativista pretendido por Marx, como “liberação de toda relação entre conhecimento e quadro social”, já que esta pretensão representa nada mais do que “uma utopia intelectualista do saber desencarnado”.

Abril 2006

Jacob Lumier

(*) Elaboramos um índice remissivo de termos e autores que deve ser consultado como instrumento para esclarecer eventuais imperfeições e dificuldades nessa matéria complexa da nossa disciplina.

Meus Escritos de Sociologia – Continuação

Relação dos e-books e Artigos oferecidos no
Web sitio Produção Leituras do Século XX -

PLSV

<http://www.leiturasjлумierautor.pro.br>

CONTINUAÇÃO

NOVAS OBRAS II

(Junho 2006)

<SOCIOLOGIA E
FILOSOFIA À LUZ DA
COMUNICAÇÃO SOCIAL/ DOIS
ENSAIOS>:

Por

JACOB (J.) LUMIER
sociólogo

<http://www.leiturasjлумierautor.pro.br>

Membro da Internet Society-ISOC

Obra formatada em Word, PDF e livro.

Características deste produto cultural como literatura digital:

Matriz: Arquivo Word/document / Parágrafos em estilo normal+times new roman 11 pts. Com títulos negrito em nível 4, / Entre linhas simples, Alinhamento justificado e recuos / Melhor visualizado na resolução máxima do computador (1024 por 768 pixels) e no zoom de 130% ou 150%. / Número de páginas formatadas: 190 / Número de linhas por página: 50/52

Número de palavras por página completa: 710 / E-book monográfico / WEBSITIO PRODUÇÃO LEITURAS DO SÉCULO XX - PLSV: literatura digital

<http://www.leiturasjлумierautor.pro.br>

Direitos Reservados 2006©Jacob (J.) Lumier/
Classificação Desta Obra:

Área de Comunicação social/ Grupo de Sociologia do Conhecimento.

"SOCIOLOGIA E
FILOSOFIA À LUZ DA
COMUNICAÇÃO SOCIAL / DOIS
ENSAIOS":

Primeiro Ensaio:

<Introdução a uma Reflexão sobre a Teoria de Comunicação Social

Desde o ponto de vista da Sociologia do Conhecimento:

Relações entre as tecnologias da informação e as sociedades>.

Segundo Ensaio:

<A Crítica Dualista na Leitura de Hegel: uma reflexão a partir de A.Kojévè>.

Por

JACOB (J.) LUMIER / sociólogo/
<http://www.leiturasjлумierautor.pro.br>

Membro da Internet Society-ISOC

NOTÍCIA SOBRE ESTA OBRA

Sociologia e Filosofia à Luz da Comunicação social é uma obra interessante sob enfoques múltiplos dos quais a autoria de Jacob (J.) Lumier não é o menos considerável. Ensaísta incorrigível ao modo do ideal experimental com que se diferencia o homem de idéia, J. Lumier é um autor com experiência internacional, mas sem *parti pris* cuja satisfação é a descoberta dos conteúdos intelectuais pela leitura e na leitura. Há quem veja nisso uma atitude obsessiva em intenção do outro e dos pósteros. Melhor para nós, seus leitores, que podemos sempre nos reconhecer contempla-



dos em seus textos. Não será, portanto à toa haver intitulado sua Web "**Leituras do Século XX**", ludibriando os que tiveram imaginado nesta fórmula a coloração gris de um Outono nostálgico. Longe disso. Longe a cogitação de um eterno Século XX que se impostaria no título à pegada do termo "**Leituras**". Pelo contrário. São as leituras literárias que imperam; é o trabalho da obra intelectual emergindo em atualizações recorrentes no ato de ler e escrever que prevalece. E ninguém pode negar o ápice literário científico da produção intelectual do século XX. Na **Home Page** <www.leiturasjлумierautor.pro.br> a imagem do ideal das "Leituras" é nos oferecida na seguinte formulação: "**a PRODUÇÃO LEITURAS DO SÉCULO XX - PLS é vocacionada para avançar na reflexão de uma situação de fatos com grande impacto no século XX, já assinalada no âmbito da sociologia por Georges GURVITCH, a saber: a situação de que, sob a influência do impressionante desenvolvimento das técnicas de comunicação, "passamos, num abrir e fechar de olhos, pelos diferentes tempos e escalas de tempos inerentes às civilizações, nações, tipos de sociedades e grupos variados". "A unidade do tempo revelou-se ser uma miragem", como nos mostraram, simultaneamente, a filosofia (BERGSON) e a ciência (EINSTEIN). Ficou claro que "a unificação dos tempos divergentes em conjuntos de tempos hierarquizados", sem o que é impossível nossa vida pessoal, a vida das sociedades e nossa orientação no mundo, não é uma unidade que nos é dada, mas uma "unificação a adquirir pelo esforço humano, onde entra a luta para dominar o tempo", dirigi-lo em certa forma". Sem dúvida, se nos mantivermos em atenção, cultivando a mirada aberta à influência da expressão e dos conteúdos intelectuais iremos com certeza desfrutar da reflexão acima assinalada e descobriremos a coerência da complexa matéria tratada em disciplina científica por Jacob (J.) Lumier neste e-book impresso em volume que temos em mão. Com efeito, para o nosso autor a monografia é trabalho científico, mas é igualmente forma racional de comunicação comportando, por isso, uma diferença específica apreendida como **arte de compor** a que se ligam as profundas implicações para a difusão do conhecimento decorrentes da condição de publicidade do trabalho científico. No dizer de J. Lumier "(...) grande parte dos mal-entendidos a respeito de certas obras ou teorias científicas tem muito a ver com o fato de sua exposição a todos os tipos de públicos, muitas vezes composto não só de leigos, mas**

de gente alheia à formação nas ciências humanas. Se a condição de publicidade é inerente ou não ao modo de produção científico ou se deve ou não ser restringida aos estudiosos é uma questão que extrapola o domínio do pensamento científico para lançar-se no âmbito da comunicação social, já que a obra impressa ou, depois do advento da Internet, a obra ou livro eletrônico, "e-book", é um produto cultural do qual a atividade científica não saberia distanciar-se". Todavia, "**Sociologia e Filosofia à Luz da Comunicação Social**" compreende certos aspectos favorecidos pela forma da monografia e postos em relevo pelo cotejo dos "**Dois Ensaios**" reunidos numa só obra. E não se trata somente das variações compreendendo o tema das simbolizações e a autonomia relativa do conhecimento, mas se fosse perguntado, o leitor atento diria que a palavra chave aproximando os dois ensaios é "**Gestalt**", uma das noções fundamentais em matéria de ciências humanas. Neste sentido, os escritos do sociólogo Jacob (J.) Lumier são de interesse básico e prestantes à formação.

**SOCIOLOGIA E FILOSOFIA À LUZ DA
COMUNICAÇÃO SOCIAL
DOIS ENSAIOS:**

*S U M Á R I O / Primeiro Ensaio / 1º) Introdução a uma Reflexão sobre a Teoria de Comunicação Social / Desde o ponto de vista da Sociologia do Conhecimento: Relações entre as tecnologias da informação e as sociedades. 1ª Seção Págs. 15 a 95. / Segundo Ensaio / 2º) A Crítica Dualista na Leitura de Hegel: Uma reflexão a partir de A. Kojévè. 2ª Seção Págs. VII a LXXIX.
/ Sobre o Autor e Sua Orientação - Págs. LXXXI a LXXXIV*

PRIMEIRO ENSAIO :

**"Introdução a uma Reflexão sobre a Teoria de Comunicação Social
Desde o ponto de vista da Sociologia do Conhecimento:
Relações entre as tecnologias da informação e as sociedades".**

Interesse específico:

Este ensaio alcança os programas de pesquisa sobre os sistemas cognitivos;

Tema:

"O problema sociológico dos sistemas cognitivos".



Conteúdo:

Neste ensaio se pode ver em nível de introdução algumas linhas sobre o modo como o conhecimento em seus gêneros e formas é constituído em sistemas cognitivos e quais foram os problemas de sociologia enfrentados para chegar à compreensão dos sistemas cognitivos nas suas três escalas do microssocial, dos grupos e classes sociais, das sociedades globais.

Composição

(a) - Abordando a comunicação social com profundidade, este ensaio **passa pela crítica a suposição de uma apreensão do ciberespaço**, observando a carência de *extensão concreta*.

(b) - Em face da crescente influência concorrente da filosofia abstrata do conhecimento alimentada pela neuropsicologia da cognição (as chamadas “ciências da cognição”), este ensaio encontra motivo para buscar as orientações básicas da **nova sociologia do conhecimento, insistindo que nenhuma comunicação pode ter lugar sem o psiquismo coletivo e que isto exige o estudo da variabilidade na realidade social**.

Orientação

Neste ensaio evitamos qualquer confusão com o “culturalismo abstrato” que prejudicou o alcance probabilístico da sociologia de Max WEBER ao atribuir ao conhecimento (e a todas as obras de civilização em geral) uma independência e uma ineficácia muito maior do que elas têm efetivamente na engrenagem complexa e constringente da realidade social. Por sua vez, a **nova sociologia do conhecimento**, já notada na obra de C. WRIGHT MILLS, mas fundamentada, desenvolvida e promovida por Georges GURVITCH, integra duas descobertas fundamentais para toda a sociologia do conhecimento: (a) - a multiplicidade dos gêneros de conhecimento e, (b) - a diferente intensidade de ligação entre esses gêneros de conhecimento e os quadros sociais. O conhecimento, tomado desde sua tendência a ser coletivo, pode definir-se como “participação de uma realidade a uma outra” sem que nesta outra se produza qualquer modificação (é o *sujeito cognoscente* que sofre alterações em virtude do conhecimento). Daí, contrariando a Karl MANNHEIM, se chega à formulação propriamente sociológica de que: (a) - a relação entre quadro social e conhecimento **não** é geralmente uma ligação causal; (b) - **não** se pode afirmar nem que a sociologia do co-

nhecimento institui a *realidade social* como causa e o conhecimento como efeito, nem que o conhecimento, como tal, age como causa sobre os quadros sociais.

SOCIOLOGIA E FILOSOFIA À LUZ DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

DOIS ENSAIOS:

SEGUNDO ENSAIO

A Crítica Dualista na Leitura de Hegel: Uma reflexão a partir de A. Kojévê.

Jacob (J.) Lumier

Extrato da APRESENTAÇÃO

Este ensaio visa antes de tudo ser prestante aos “*Estudos Hegelianos*” e orientar a leitura de “*A Fenomenologia do Espírito*”, ainda que nos mostre um estudo sobre a noção histórica do mito. Mais precisamente, nos mostra como a antropologia filosófica desemboca na filosofia estética. Sendo um autor sociólogo, não foi por acaso que me apliquei na reflexão sobre o dualismo para compor este ensaio sobre a leitura de Hegel baseado, sobretudo nos ensinamentos de Alexandre KOJÉVÈ, embora com aproveitamento dos esclarecimentos de Ernst BLOCH e de Ernst CASSIRER. Sabe-se que o dualismo no pensamento histórico despertou o interesse de grandes sociólogos como Max WEBER, cujos estudos sobre a teodicéia repercutem a influência do hegelianismo. Podemos confirmar isto se, como veremos, tivermos em conta o seguinte: *primeiro*, que, por um lado, a compreensão do elemento simbólico do mito já está no Prefácio da “*Fenomenologia do Espírito*” numa formulação definindo a conexão entre a ciência e a consciência sensível, em que Hegel estabelece a problemática geral estrutural aplicada à conexão do conhecimento e da consciência mítica. *Segundo*: por outro lado, será o problema crítico cultural do espiritualismo ou da teodicéia, será a questão sobre a transposição do conservadorismo hegeliano no século XX levando à crença de que uma ordem nova pode surgir como criação *ex-nihilo*, que se repercutirá na sociologia. A noção histórica do **mito** liga-se em Hegel à figura da razão como fluente substância universal partilhada ao mesmo tempo em muitos seres inteiramente independentes, conscientes dentro de si próprios de que são estes seres independentes e individuais, através do fato de cederem e sacrificarem sua individualidade particular. Sem dúvida a afirmação de um mente perfeita, absoluta, identificada ao grande homem histórico e sua vontade universal



será uma linha hegeliana desdobrada daquela figura de razão. Tal afirmação, implicando sustentar contra a liberdade intelectual de Spinoza a impossibilidade de descobrir a substância ética numa lei tida por meramente formal, encontra uma explicação se tivermos em conta certas orientações da sociologia. De fato, tivera Max WEBER observado que o impacto da cultura afirmando os juízos de valor veste uma nova roupagem à teodicéia, cujo problema central deixa de ser o da existência do sofrimento e do mal para se concentrar no da imperfeição do mundo condenado ao pecado. Tivera ocorrido uma reação, um verdadeiro “processo moral” contra a cultura (incluindo nesta a história legislativa) difundida a partir do século XVIII, com os **valores** sendo alvos de acusação. A teodicéia aparece então para Max WEBER como a questão essencial das religiões monoteístas, estando na base das escatologias messiânicas, das representações relativas às recompensas e aos castigos na outra vida, sobretudo na base das teorias dualistas, em que se confrontam “bem e mal”, até o triunfo definitivo do bem em um tempo indeterminado. Será no marco desse dualismo que a ligação entre a teodicéia e a crença metafísica na mudança histórica como criação ex-nihilo, acima referida, é estudada por Max WEBER.

SUMÁRIO/ Apresentação: - p. IX / Índice dos Títulos: - p. XIII / Prefácio: - p. XV / Primeira Parte: Sob a teoria da Gestalt: - p. XVII/ Segunda Parte: A Fenomenologia do Mito: - p. LI / Notas Complementares: - p. LXV / Bibliografia: - p. LXXIII / Cronologia: - p. LXXV / Índice de Assuntos: - p. LXXVII

PROGRAMA ORIGINAL DAS MINHAS OBRAS EM DESENVOLVIMENTO OBRAS CONCLUÍDAS, EDITADAS E FORMATADAS em Word e PDF

(e-books universitários acolhidos como artigos sobre filosofia junto à Fundación Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes)

-Obra 01: "A CRÍTICA DUALISTA NA LEITURA DE HEGEL: UMA REFLEXÃO A

PARTIR DE A.KOJÉVÈ.doc", 109 págs., e-book, (515kb. Zip), 2005, Com bibliografia e índices remissivo e analítico eletrônicos; (atualizada em Agosto 2006)

-Obra 02: "ASPECTOS DA SOCIOLOGIA DO CONHECIMENTO: REFLEXÃO EM TORNO ÀS ANÁLISES SOCIOLÓGICAS DE GEORGES GURVITCH.doc.", 548 fls, e-book, (897kb. Zip), 2005, com bibliografia e Índices remissivo e analítico eletrônicos; (atualizada em Agosto 2006).

- OBRAS **SOMENTE CONCLUÍDAS** (brevemente serão editadas e formatadas em doc.):

-Obra 03: "ASPECTOS DA SOCIOLOGIA DA LITERATURA – I: PROUST: UMA ABORDAGEM INSPIRADA EM SAMUEL BECKETT";

-Obra 04: "ASPECTOS DA SOCIOLOGIA DA LITERATURA - II : PRIMEIRA PARTE: A CRÍTICA DA CULTURA DE T.W.ADORNO; A FILOSOFIA LITERÁRIA DE ERNST BLOCH; LEITURA DA MONTANHA MÁGICA, DE THOMAS MANN";

- OBRAS **EM ELABORAÇÃO AVANÇADA:**

-Obra 05: "OS MODELOS DE INTERPRETAÇÃO NOS ESTUDOS PASCALIANOS";

-Obra 06: "ASPECTOS DA SOCIOLOGIA DA CULTURA: NO HORIZONTE DA FILOSOFIA DA RENASCENÇA DE JACOB BUCKHARDT";

- OBRA **EM ELABORAÇÃO INICIAL:**

-Obra 07: "ASPECTOS DA SOCIOLOGIA DA LITERATURA- II- SEGUNDA PARTE: LEITURA DO ULISSES, DE JAMES JOYCE";

- OBRA **EM PREPARAÇÃO:**

-Obra 08: "ASPECTOS DE SOCIOLOGIA E PSIQUIATRIA : Reflexão com aproveitamento de ELIAS CANNETTI";





2006©*Jacob (J.) Lumier*

Comunicação Social e Sociologia do Conhecimento: Artigos.

Jacob (J.) Lumier



Websito Produção Leituras do Século XX – PLSV

<http://www.leiturasjлумierautor.pro.br>

Comunicação Social e Sociologia do Conhecimento: Artigos.

Jacob (J.) Lumier

CARACTERÍSTICAS DESTE E-BOOK COMO PRODUTO CULTURAL

Arquivo Office Word 2003 em ambiência Windows
Com hiperlink no próprio doc. servindo ao
Sumário.

Melhor visualizado na Resolução de Tela 1024 por 768 pixels
Zoom Largura de Página ou 130%.

Estatísticas:

Páginas: 77

Palavras: 19185

Palavras por página completa: 350

Linhas por página: 34

Parágrafos em Estilo normal+arial 12pts. Entrelinhas um e meio,
Títulos em nível quatro, negrito. Alinhamento justificado

E-Book Monográfico

Jacob (J.) Lumier Websitio Produção Leituras do Século XX - PLSV: Literatura Digital

<http://www.leiturasjлумierautor.pro.br>



Direitos Reservados

2006©Jacob (J.) Lumier

Classificação Desta Obra:

Área de Comunicação social/

Grupo de Sociologia do Conhecimento.



Websitio Produção Leituras do Século XX – PLSV

<http://www.leiturasjлумierautor.pro.br>

FIM DO E-BOOK



2006©*Jacob (J.) Lumier*



Nome do arquivo: Preparando novo e-book de artigos
Pasta: D:\HOME\Desenvolvendo site Leituras\literatura e política\E-book Met Cient., Sociol, Polit
Modelo: C:\Documents and Settings\J LUMIER\Dados de aplicativos\Microsoft\Modelos\Normal.dot
Título: Comunicação Social e Sociologia do Conhecimento.
Assunto: Coletânea de artigos.
Autor: Jacob (J.) Lumier
Palavras-chave: cidadania, sociedade, conhecimento.
Comentários: Reunião em e-book de três escritos curtos para publicação em biblioteca virtual na Internet.
Data de criação: 29/10/2006 07:43:00
Número de alterações: 143
Última gravação: 3/11/2006 22:01:00
Salvo por: J LUMIER
Tempo total de edição: 1.086 Minutos
Última impressão: 3/11/2006 22:17:00
Como a última impressão
Número de páginas: 77
Número de palavras: 19.945 (aprox.)
Número de caracteres: 112.892 (aprox.)